

Revolução

**Governo
na sombra
ou a sombra
do governo?**



Pág. 3



Grande manifestação

**Em causa
a política
reaccionária do MEIC**

Pág. 12

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

e a actualidade nacional

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

Contra o regresso ao ensino fascista — por um ensino ao serviço dos trabalhadores

Se é um facto que a política de direita do governo PS se faz sentir em todos os domínios, não é menos verdade que é na Informação e no Ensino que a viragem à direita mais clara e ostensiva se torna.

Assiste-se hoje a uma escancarada escalada da reacção que exige uma resposta pronta e enérgica das classes trabalhadoras. Essa resposta começa já a surgir e nela ocupam lugar de destaque os professores e estudantes que se erguem contra o racionarismo arbitrário do governo e do MEIC.

O que está em causa não é, contudo, apenas o ministro Cardia. Tão pouco o problema reside no MEIC. As raízes daquilo a que hoje se assiste situam-se na luta de classes e na política burguesa e reacçãoária do governo PS. Por isso mesmo, o problema não diz respeito apenas a professores e estudantes, trata-se de uma luta que envolve tudo e todos e que não podem ficar alheios e passivas as classes trabalhadoras.

O ensino não toca apenas aos estudantes, toca a futuros estudantes, os pais, toca, enfim, as classes trabalhadoras. As medidas do governo não são medidas antiprofessores, anti-Teixeira Ribeiros, anti-estudantes. As medidas do governo são medidas reacçãoárias que pretendem pôr o ensino, tal como no tempo do fascismo, ao serviço da burguesia e do capitalismo, contra as classes trabalhadoras. O governo preocupa-se em atacar prioritariamente as conquistas alcançadas no domínio do ensino, da mesma forma que ataca as cooperativas e sobe o preço dos adubos, como transforma em censura fascista o seu tão apregoado «pluralismo», militariza a previdência, tenta fazer vigorar a lei anti-greve, cava a divisão dos trabalhadores revogando a lei da unicidade sindical, provoca o aumento dos preços em flecha, ameaça com o desemprego quem se lhe quiser opor, repõe a GNR

e a PSP na linha de antes do 25 de Abril de 74, hipoteca a independência nacional, permite o regresso dos fascistas, etc., etc.

O governo, no Ensino como em todos os ramos de actividade, defende os interesses da burguesia, atropelando mesmo a esmagadora maioria daqueles que votaram PS. A escalada da reacção deixa adivinhar a entrada do PPD (agora PSD) para o governo, e quiçá do CDS, ao mesmo tempo que a NATO e os Pires Velosos fazem os preparativos para o golpe final.

No Ensino como na Saúde, na Habitação como nos Transportes, no campo como na cidade, no Norte como no Sul, os trabalhadores têm de responder ao avanço da reacção, tirando as devidas ilações dos erros cometidos no passado. Não basta lutar contra o ministro Cardia, é preciso lutar contra o fascismo, por um Ensino ao serviço das classes trabalhadoras. Não basta lutar por reformas, é necessário lutar e organizar no sentido de alcançarmos a sociedade socialista, derrotando de vez a burguesia e a reacção.

Nesse sentido o PRP apoia as manifestações de luta contra as medidas do MEIC que se devem traduzir em grande jornada de luta contando com a participação maciça dos trabalhadores.

Lê assina divulga Revolução

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO
DO PROLETARIADO
SEDES**

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa

Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 h e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO — Rua de
Altamira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS — Rua Cond. e
S. Salvador, 374
Tel. 931925

BARCELOS — Av. Liberdade 60r/c
Tel. 83099

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges,
Tel. 22961

CASTELO BRANCO — Rua de
Santa Maria, 10 Tel. 179

MARINHA GRANDE — Rua Mar-
quês de Pombal, n.º 65

S. JOÃO DA MADEIRA — Rua
Jaime Afreixo n.º 142
Tel. 24149

ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte
Padroso, n.º 15 — Algés de Cima
Tel. 2100337

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro
N.º 16-17 Tel. 2512807

PARADE — Rua Gomes Freire de
ANDRADE, 1 Tel. 2474142

AMADORA — Rua Gonçalves
Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — Rua de Paço
de Arcos, lote 16

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

BARREIRO — Rua dr. Eusébio
Leão, 31 Tel. 2076745

COVA DA PIEDADE — Estrada
Nacional, n.º 10 Tel. 2763267
2763397/2763122

LAVRADIO — Rua dr. José Car-
cano Lobo, n.º 312

QUINTA DA LOMBA — Rua de
Goa, 21-A
SINES — Rua Marquês de
Pombal, n.º 86 Tel. 62880

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA — Largo do Chão
das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA — Rua Alexandre Herculá-
no, n.º 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Rector Teixeira
Guedes, n.º 35 — Tel. 24107

OLHÃO — Rua 18 de Junho,
n.º 64 - B - C

LOULE — Av. José da Costa Mea-
lha, n.º 39 - 1.ª Tel. 63043

FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio
ESTOMBAR — Rua D. Pedro
Galvão, 5

MONCHIQUE — Estrada da Foia,
9, M.ºcnique,

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

Semestral 90\$00 Anual 180\$00 PAGAMENTO

Estrangeiro

Semestral 300\$00 Anual 600\$00 Em cheque L.
Em vale

CONSPIRAÇÕES DA DIREITA

Um governo na sombra

Como desde logo o dissêmos o Governo de Mário Soares é um Governo de passagem. Para onde só o futuro o dirá, depende do desenvolvimento do Movimento de Unidade Popular, da Unidade e Organização dos trabalhadores e dos Revolucionários.

Para a direita o Governo PS é também a passagem para outro mais à direita. Nestas últimas semanas as alternativas da direita têm vindo a lume, concretizando assim a nossa análise. Para a burguesia não é este o Governo que lhe solucionará completamente os problemas terá que ser um Governo que leve até ao fim a repressão que imponha o fascismo.

PSD CDS PREPARAM AS JOGADAS

Dentro desta azáfama da direita será bom recordarmos entrevistas. Uma de Freitas do Amaral na qual se cimenta a hipótese de um Governo tripartido CDS-PSD-PS ao mesmo tempo que já vinham falando de oposição frontal ao Governo e de que se fosse necessário não havia problemas em se fazer novas eleições gerais.

A outra entrevista é a de Sá Carneiro à chegada da Venezuela. Nessa entrevista o PSD aponta para um pacto dos «partidos democráticos» CDS-PSD-PS não necessariamente do Governo, ao mesmo tempo que vai falando de um Governo PPD-PS.

Aliás é esta a hipótese levantada pelo jornal norte-americano «New York Times». Da parte do imperialismo é notório o levantar de alternativas a este Governo, alternativas essas que desembocarão inevitavelmente no fascismo.

Pires Veloso

Ao nível do poder militar o constante corropio a Pires Veloso, o seu telefonema a Mário Soares em que mostra o seu desacordo em relação ao «grande discurso» de Mário Soares, marcam bem que Pires Veloso constitui um autêntico poder dentro do actual poder, que se prepara para quando chegar a sua hora, que aliás, é para breve. A não ser assim, a saída a lume de Pires Veloso e o constante apregoar da sua força — por exemplo o «Expresso» trata-o por «poderoso comandante da Região Militar do Norte» — são um bom indicativo. Mas não é só Pires Veloso que está lançado na corrida, nem talvez seja a próxima etapa da direita. A sua defesa ao bombista Mota Freitas antigo comandante da PSP do Porto, em que considera pessoa de «grande integri-

dade moral» que o «ajudou muito no combate ao gonçalvismo», bem como a sua prática como comandante da RMN, o pedido de Azeredo para ir para a RMN (com certeza porque é aí que se sente bem e pode trabalhar a seu gosto) etc., etc., são indicativos do sector onde se situa Pires Veloso das hostes com que conta. Mas não é só Pires Veloso que se encontra na corrida ao Poder. O aparecimento de outro bloco com a mesma teoria, segundo a qual se formou o VI Governo «a alternativa à direita», «a alternativa possível» emerge agora. Esta, que poderia ter o apoio dos spinolistas «mais à esquerda» e dos «melo-antunistas» iria ter a fachada da alternativa possível ao fascismo.

FIRMINO MIGUEL A «ALTERNATIVA POSSÍVEL»

A entrevista de Firmino Miguel a «O Jornal» é bem clara neste aspecto. O actual ministro da Defesa sai para os jornais aparecendo a defender o Governo PS mas, ao mesmo tempo não recusando vir a ser Primeiro-Ministro de um outro governo a formar, a que chamariam de «colaboração» e não de «coligação». É a melhor maneira de substituir o governo PS, elogiando-o, dizendo que sim e mais que também, mas que devido à grave crise da situação política, era preciso um governo que obtivesse um consenso e apoio maior do que o do PS, governo presidido por militares, com a participação em princípio do PS e do PSD, sem a denominação de governo de coligação. O discurso de Ramalho Eanes no 5 de Outubro é também um bom indicio de que a queda deste governo está para breve. Eanes, demarca-se do governo PS, apresentando-se como estando sempre disposto a defender a «democracia» deixando assim campo para não ter problemas quando da mudança de governo.



O Governo na sombra, ou a sombra do Governo?

As eleições para as autarquias locais e a tentativa de vitória dos partidos fascistas PSD e CDS era importante para esta estratégia. A direita iria servir-se dela para dizer que o governo PS tem pouco «consenso popular» e, portanto, que é preciso alargar a base de apoio do governo para ele ser «operacional». Teremos assim coroada de êxito a primeira parte do plano do imperialismo.

AS DIVERGÊNCIAS E AS ETAPAS

Embora não sendo de fundo as divergências entre os vários clans militares direitaistas situam-se ao nível da tática. No fundamental a salvação do sistema capitalista, estão de acordo. Divergências de ordem tática também as há mas também aqui a unidade da direita é visível criar desde já a alternativa ao governo PS, um poder repressivo que leve até ao fim a defesa dos interesses do capitalismo e do imperialismo.

As divergências que existem são as de ordem pessoal. Porque uns colaboraram ou não com o 25 de Abril, etc., a ânsia de poder, é, de facto fundamental.

Aquilo que a imprensa burguesa apresenta como divergência entre as alternativas Pires Veloso e Firmino Miguel, não passam de etapas do plano estabelecido pelo imperialismo que

desembocará inevitavelmente se sair vitorioso num banho de sangue para os trabalhadores no fascismo.

Para a imprensa burguesa para quem a mistificação deste plano é importante no sentido da hipótese de que Firmino Miguel apareça ainda como a «alternativa viável» para poder fazer à vontade o seu trabalho. As divergências situam-se no como superar a crise, no «salvar a democracia» utilizar desde já ou não a força das armas para esmagar os trabalhadores.

VANTAGENS PARA O IMPERIALISMO

Para além da natural vantagem que lhe adviria de um governo mais à direita, portanto melhor defensor dos seus interesses, a hipótese de Firmino Miguel serve ainda mais dois factores.

Um é que este governo também não seria ainda o final, e não debalaria a crise económica (a favor do capitalismo), iniciaria a repressão, reforçava a ideia que tentam espalhar de que o 25 de Abril foi um erro, de que o fascismo é que era bom, alargaria a base social do fascismo porque este governo ainda teria o rótulo de «esquerda de alternativa à direita».

O outro factor é de que a queda do governo constitucional abre o precedente para a vinda de novos governos, a desembocar, naturalmente no golpe de força — no fascismo.

A CAP na luta pelo fascismo

Realizou-se mais um plenário da CAP, organização fascista de agricultores.

Dos seus resultados, é fácil falar. Querem que os produtos agrícolas aumentem, não querem mais expropriações, enfim reivindicações próprias dos patrões que querem e lutam pelo regresso ao fascismo, única forma de

poderem ter novamente os seus privilégios. Entretanto e como sabem que Eanes e Soares lhes fazem o joguinho, apoiam-nos e também sabem que eles são o poder actual e que este poder lhes abrirá as portas ao regime que querem.

Casqueiro falou, discursou. Houve agressões a supostos comu-

nistas Casqueiro culpou a «lei comunista» da Reforma Agrária Culpou Lopes Cardoso Culpou tudo o que lhe cheirou a «comuna».

E pensarmos que tudo isso que ele culpa é obra do reformismo.

O que lhe irá acontecer quando os trabalhadores tomarem o Poder?

ALCIDES FERREIRA — PORTO

"A gente quer trabalhar mas também quer comer"

Vai para cerca de um mês que os trabalhadores da empresa de exploração de granito Alcides Ferreira, ocupam um armazém perto do Castelo do Queijo no Porto, em virtude do patrão não aparecer para a negociação e pagamento de dois meses de salários atrasados.

A título de informação, acrescenta-se que a empresa possui uma pedreira em Roriz, outra na Madalena, outra em Pensa, outra na Serrinha e duas em Braga, que dão ao todo trabalho a cerca de 260 trabalhadores.

REVOLUÇÃO — Quais as causas da vossa luta?

1.º OPERÁRIO — A entidade patronal já não pagava aos operários há 8 semanas de maneira que os trabalhadores de uma pedreira, que foi a Serrinha, resolveram paralisar e as outras que se defrontavam com o mesmo problema seguiram-lhe o exemplo.

Ao fim de 15 dias de paralisação o Alcides Ferreira convocou uma reunião a que não apareceu, tendo mandado um seu sobrinho a convocar nova reunião e o caso repetiu-se assim por uma série de vezes.

Nós na passada terça-feira, dia 22-9, atendendo a que o patrão não vinha falar connosco, resolvemos ocupar aqui as instalações.

Nessa mesma semana tivemos conhecimento de que havia um carregamento de pedra para embarque e exportação e por isso retivemos a mercadoria.

Tivemos depois uma reunião na delegação do Ministério do Trabalho com o sobrinho do patrão e ele aceitava tudo aquilo que a gente queria em troca do embarque à excepção de um ponto em que nós queremos que nos pague os dias de paralisação.

Os trabalhadores continuam a dizer não ao embarque e exigem a satisfação das sus reivindicações pois o embarque em princípio dá 600 contos, mas só lucrámos com 204 contos pelo

que cada um de nós só recebeu perto de 800\$00.

REVOLUÇÃO — Aquando da marcação da reunião na terça-feira vieram trabalhadores de outras pedreiras e como o patrão não apareceu, nem dinheiro tiveram para regressar não foi?

2.º OPERÁRIO — Sim e como não tínhamos dinheiro nem para comer contactámos diversas unidades militares mas nenhum nos deu apoio.

REVOLUÇÃO — Pensam continuar com a ocupação se o patrão não ceder?

1.º OPERÁRIO — Sim, pensamos continuar com a ocupação e com o boicote ao embarque, até que apareça para falar com a gente o patrão e nos pague aquilo que nos deve.

REVOLUÇÃO — A luta reivindicativa foi feita a partir da Serrinha. Como é que as coisas se passaram por lá?

1.º OPERÁRIO — Sim a luta começou pela Serrinha e o motivo foi de que o patrão nos devia quase dois meses de salários, o subsídio de férias e o mês de Abril em abono de família e estava sempre a fazer-nos prometer e nunca mais pagava.

A gente já lhe tinha dito que nos pagasse e ele dizia que da venda de um material que lá tinha dava para os salários e pediu para a gente carregar o tal material. Nós carregámos o material mas ele não apareceu e vai a gente não deixamos sair o carregamento.

E começámos a luta com as outras

pedreiras interessadas no assunto já que o problema é geral na empresa.

REVOLUÇÃO — Qual o apoio dado pelo M T ?

1.º OPERÁRIO — O apoio que nos tem dado o Ministério do Trabalho é só de tentar trazer o patrão a reunir com a gente, o que nem isso conseguiu, e até já nos disseram que não podíamos estar a ocupar estas instalações e já nos ameaçaram de mandar para cá as autoridades com armas para forçar a gente a deixar fazer o embarque.

Mas as ameaças para nós não contam o que a nós nos importa é que haja patrão que nos pague para que a gente possa dar de comer aos nossos filhos.

A gente quer trabalhar mas também quer comer.

REVOLUÇÃO — Que é que os trabalhadores pensam face às ameaças do M do T

1.º OPERÁRIO — O que os trabalhadores dizem é que se querem usar de medidas repressivas que as usem contra os patrões porque são eles que não cumprem e porque foram eles que criaram toda esta situação.

O espírito dos trabalhadores é bom, já que há muitos que dizem que preferem morrer com uma arma na mão do que andar a pedir esmolas de joelhos aos patrões, mas é claro, se a gente tiver força para os enfrentar, senão tivermos não temos outro remédio senão render-nos à evidência da força repressiva.

Após uns dias de esta entrevista estar feita sobemos que os trabalhadores tinha sido obrigados a deixar efectuar o embarque devido à imposição do Ministério do Trabalho que mandou para lá forças de repressão da P.S.P.

Embarque este que se deu com a ajuda da prestimosa corporação da Polícia de Choque que em «liberdade» e em «segurança» e para contento do Alcides Ferreira lhe enfiou cerca de 400 contos.

FIAÇÃO ROSAS

Greve contra a repressão do patrão

Cerca de 150 trabalhadores distribuídos por três turnos entraram em greve tendo como objectivo fundamental colocarem novamente no lugar de encarregado um trabalhador que tinha sido afastado dessas funções pelo patrão.

Albino Barros o trabalhador em causa descreveria assim o ambiente de trabalho criado pelo patrão e que levaria ao seu afastamento tendo em vista mais tarde o seu despedimento:

«Quando o filho do patrão ficou à frente da empresa, começou por impor uma disciplina rígida e reacção deslocando máquinas dos seus lugares. O seu objectivo era começar a separar os trabalhadores e a desunir-los. Começou a actuar repressivamente sobre mim por eu ter apresentado queixa ao tribunal de trabalho em virtude de eu desempenhar funções de encarregado e, não estar a ser considerado como tal. O patrão está para ser julgado no dia 13 tendo já faltado duas vezes ao tribunal.»

Entretanto o patrão viria a afastar este trabalhador das suas funções e a ameaçá-lo de despedimento antes do dia 13 o que motivou a imediata entrada em greve dos trabalhadores. Quer o Sindicato dos Têxteis, Delegação de Viana do Castelo quer a União dos Sindicatos da mesma cidade

apoiam esta justa luta dos trabalhadores da Fiação Rosas.

O comunicado do Sindicato dos Têxteis começa assim:

«E verdade, há cerca de uma semana, cheio de ideias e com toda uma experiência adquirida num passado interminável de trabalho, salvo o tempo gasto em passeatas, em carros de luxo e corridinhas de moto-cross, chegou, a fiação, o novo administrador. Chama-se XIQUINHO ROSA e parece, vejamos lá, todo revolucionário». E termina:

GRANDE ADMINISTRADOR VAIS-TE ENGANAR DESDE QUE CHEGASTE AINDA NÃO ADMINISTRAS-TÉ NADA. GRANDE AZAR, A FIAÇÃO PAROU.

Porque é que está parada? Não é porque os trabalhadores sejam malandros. Eles querem trabalhar; eles não têm rendimentos e ganham o pão dia a dia com todo o seu esforço. Os trabalhadores sabem que, arrumado o Barros, o Xiquinho tem na manga outros objectivos que é calar a voz de todos os trabalhadores, a instauração de uma exploração feroz onde os trabalhadores não serão pessoas mas animais.»

Também o comunicado da União dos Sindicatos descreve bem a repressão a que os trabalhadores têm estado sujeitos.

«O Chiquinho quer divir agora os trabalhadores para depois reinar com eles, de chicote na mão.

«Se isto não é verdade, para que mudou a hora dos trabalhadores poderem comer o pão, porque muda, anarquicamente, os trabalhadores de máquina para máquina; porque proíbe os trabalhadores de apresentarem qualquer reclamação ou observação no escritório, etc.?

«Para que isolou os trabalhadores do turno normal do contacto com o 1.º turno?

«Porque não foi capaz de receber os trabalhadores quando estes no dia 30, sem descuidarem a produção, lhe pediram uma palavra de esclarecimento sobre o que se passara na fábrica,

Porque não quis receber a Comissão Sindical depois? Porque quis agora retirar funções ao Albino Barros? Para o isolar do contacto com os outros trabalhadores e, sobretudo porque o Barros é director sindical e essa qualidade do Barros e a sua defesa dos trabalhadores incomoda o menino Chiquinho.»

Mas apesar das manobras do patrão para dividir os trabalhadores eles estão bem unidos e bem organizados para continuarem a sua luta. E a greve continuará até conseguirem os seus objectivos.

Luta dos Trabalhadores

A resposta dos trabalhadores aos ataques que têm sido vítimas, quer pelo Governo, quer pelos patrões, não se faz esperar. O grande número de empresas em que os trabalhadores estão em luta, quer pelo direito ao trabalho e contra os despedimentos em massa que se têm efectuado, quer contra o regresso dos patrões, quer contra as leis saídas dos gabinetes dos ministros.

É exemplo disso, a grande movimentação no sector dos têxteis — a greve dos grossistas por melhores condições de vida, a grande manifestação contra as leis reacções de Sottomayor Cardia. Mas o Governo continua na política antioperária — são os aumentos escandalosos dos transportes, são as desocupações, os desalojamentos. No entanto, a resposta continuará. Os trabalhadores avançaram, pois sabem que sem luta, a sua sociedade, o seu poder, não lhes cairá do céu.

COVILHA DA OCUPAÇÃO À COOPERATIVA

As trabalhadoras desta empresa há já sete meses que não recebem o ordenado. Decidiram então ocupar a empresa, encontrando-se nesta situação há cerca de um mês. O patrão que entretanto prometendo pagar-lhes o que deve quer voltar a gerir a empresa. Ao que as trabalhadoras da empresa estão dispostas a não ceder. Neste momento, a luta desenvolve-se para que consigam uma credencial de gestão para poderem efectuar operações financeiras. O seu objectivo de seguida será transformar a empresa numa cooperativa única forma para as trabalhadoras que expulsaram de vez o patrão, e tomarem para si os destinos da empresa.

AGFA — SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES DE COIMBRA

Efectuou-se em Coimbra uma manifestação de solidariedade para com os 155 trabalhadores despedidos da multinacional AGFA. A manifestação foi convocada por 14 sindicatos, 26 comissões de trabalhadores e algumas direcções de cooperativas.

No comunicado convocatório da manifestação afirma-se «Este caso AGFA vem na sequência das manobras de outras multinacionais (Timex Grundig etc.). E enquadra-se no processo de recuperação capitalista que as forças reacções se empenham em levar a cabo no nosso país».

FIÃES-VILA DA FEIRA CORTICEIROS EM GREVE

Já se arrasta há onze dias a greve dos corticeiros da Central Produtora Corticeira de Fiães. As causas são a falta de pagamento do subsídio de férias e a recusa do patrão em lhes pagar dois dias de paralisação.

No Ministério do Trabalho o patrão tinha-se comprometido a pagar o subsídio até ao fim do mês o que afinal não veio a efectuar. Entretanto tentou manobrar e acusar os trabalhadores de terem danificado algumas máquinas para assim poder afastar os delegados sindicais.

Os trabalhadores continuam a greve até verem os seus problemas resolvidos. O Sindicato dos Corticeiros do Norte emitiu um comunicado no qual apoia os trabalhadores corticeiros.

TÊXTEIS DO PORTO

GREVE ATÉ À ASSINATURA DO CCT

Continuam em greve os trabalhadores do comércio grossista têxtil. O patronato continua a falhar às reuniões para negociação do CCT. No último plenário realizado os trabalhadores aprovaram continuar a greve até conseguirem a assinatura do seu contrato.

Entretanto os trabalhadores dos armazéns de lanifícios e grossistas têxteis de Aveiro Viseu e Castelo Branco, entrarão também em greve senão se chegar a acordo nas negociações.

Movimento de Unidade Popular

Ainda será possível a unidade?

A enorme e entusiasta mobilização e organização geradas a partir da candidatura e do programa de Oteló à presidência vieram mostrar quão largas são hoje em Portugal as energias e as disponibilidades de campo anti-fascista e anti-capitalista, como é possível construir uma alternativa revolucionária à ditadura da burguesia.

Mas o programa de Oteló, programa genérico e destinado a fazer face a uma situação concreta, foi um ponto de partida para o necessário aprofundamento comum da situação política e da tática que os revolucionários unidos e organizados têm de adoptar, perante o avanço do fascismo, a colaboração-traição dos vários reformismos e a indispensável construção da única alternativa ao fascismo — A Revolução Socialista.

A unidade em que todos temos estado empenhados na actual fase da luta de classes, é um processo dialectico que resulta da dinâmica criadora das massas e do encontro das plataformas de acção comum estabelecidas a nível das direcções políticas e das bases. Mas para que haja unidade real é indispensável que esta assente em princípios mínimos e que estes sejam respeitados na prática por aqueles que neles acordaram. Tudo o que seja desprezar os acordos estabelecidos, obstaculizar a definição mínima de princípios táticos e estratégicos, é contribuir objectivamente para a desagregação do movimento de Unidade Popular, é prestar uma óptima ajuda às forças burguesas e reformistas que estão empenhadas no colapso do nosso movimento.

Para se compreender e tentar resolver as contradições, a grave situação existente no Movimento de Unidade Popular, é preciso clarificar algumas questões de fundo com que se debate o movimento nas vésperas do Congresso:

1) As forças políticas apoiantes do movimento de Unidade Popular não chegam a acordo se há possibilidade ou não de estabelecer uma democracia burguesa em Portugal nos próximos

tempos, e consequentemente se não há ou há um confronto inevitável.

2) Estas forças políticas haviam acordado que o M.U.P. seria integrada por quatro componentes, tal como foi tornado público nas páginas centrais do Boletim n.º 2 dos G.D.U.P.s:

«Os G.D.U.P.s aparecem assim como uma nova e decisiva componente desta frente de massas em construção, de que as outras três são as seguintes:

a) A organização autónoma dos trabalhadores, nomeadamente os sindicatos, as Organizações Populares de Base (Comissões de Trabalhadores e Moradores, conselhos de Aldeia) e Cooperativas;

b) As organizações políticas subscritoras das bases programáticas da candidatura de Oteló; e os militantes progressistas»

Agora, quando se veio a entrar em discussão mais profunda sobre o Movimento verifica-se que a maior parte das forças políticas que haviam acordado que o M.U.P. integra 4 componentes, recua e o reduz apenas aos G.D.U.P.s

3) Esta necessária discussão agora havida resulta de um compromisso político estabelecido com vista à legalização dos G.D.U.P.s e que consta



«Mas o programa de Oteló, programa genérico e destinado a fazer face a uma situação concreta, foi um ponto de partida para o necessário aprofundamento comum da situação política e da tática...»

de acta da reunião C.N.P.U.P. de 26/9/76 e da qual extraímos o seguinte:

«A legalização implica a formalização de alguns pontos mínimos de carácter provisório quanto ao estatuto político do M.U.P. A C.N.P.U.P. apresentará, antes da legalização, um documento onde deverão constar:

a) Linhas programáticas provisórias do M.U.P. a partir das bases programáticas da candidatura de OTELO e dos documentos posteriores de aprofundamento das posições estratégicas e táticas de movimento.

b) Princípios gerais estatutários que assegurem a possibilidade da existência de uma direcção e de uma organização política autónoma bem como os princípios de democracia dos trabalhadores que o M.U.P. deverá pôr em prática.

c) Afirma o carácter unitário do M.U.P. demarcando-o de um partido ou de uma frente de partidos.

d) Este documento será também divulgado contribuindo para o debate público na linha de preparação do Congresso.

5. A C.N.P.U.P. responsabiliza-se por apresentar ao Congresso na base destes pontos mínimos

a) Relatórios sobre a situação política actual sobre a estratégia e tática geral concretizando-as num programa de Luta imediato estes relatórios deverão exprimir os consensos e as eventuais alternativas.

b) Um relatório sobre os princípios de organização e democracia do movimento que servirá de base à discussão das propostas de Estatutos.»

4) Mais, da discussão iniciada, do «aprofundamento» a que até agora se chegou não se vislumbra, quanto a nós, se haverá ou não possibilidade de se conseguir uma definição mínima

de princípios estratégicos, táticos e organizativos, capazes de manterem e desenvolverem a unidade já conseguida.

5) Se conjurarmos tudo isto com o sectarismo e o manobrerismo largamente evidenciados por muitos dos militantes da U.D.P./P.C.P.(R) no seio do nosso movimento (veja-se ataques à C.N.P.U.P. e à forma como decorreu o último plenário Nacional de distritais, o 1.º encontro Nacional dos G.D.U.P. e certas «eleições» de distritais, como seja o caso recente do Porto), é justo termos sérios receios sobre o futuro da Unidade Popular.

6) A um movimento revolucionário como o que pretendemos construir não adiantam meras declarações de boas intenções ou «auto-críticas» que são autênticos actos de conchicção por parte de algumas forças políticas. Este Movimento só será possível construir se se estabelecerem princípios mínimos de acção e se a prática dos seus militantes corresponder a esses princípios traçados.

7) O P.R.P. tem mostrado estar seriamente interessado na construção dessa unidade no seio do M.U.P. mas adverte com firmeza todos os militantes deste movimento de que se não conseguirem estabelecer em comum um conjunto de princípios mínimos táticos, estratégicos e organizativos o Movimento será levado à desagregação e à derrota.

8) O P.R.P. mantém-se empenhado nas tarefas actuais do Movimento (eleição para as autarquias, dinamização das organizações populares de base, Congresso dos G.D.U.P.s etc) mas adverte desde já que combaterá com a maior firmeza todos os atentados à democracia no seio do Movimento e não dará, em nome da Unidade, cobertura a manobras objectivamente contra revolucionárias no interior do M.U.P.

TECIDOS ST. ANTÓNIO — VALADARES

Sindicato denuncia sabotagem do patrão

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto, denuncia num seu comunicado, a situação a que o patrão da empresa a levou.

Os trabalhadores, desde que foi feita a actualização do ordenado mínimo nacional e contratual nunca mais viram satisfeitas as suas regalias sociais porque segundo o patrão não têm meios para as satisfazer. No entanto os trabalhadores sabem que as suas contas bancárias rondam nos milhares e têm propriedades avaliadas em cerca de 59 200 contos, o que leva o sindicato a comentar no seu comunicado «... é de pasmar a pobreza deste Rico pobre de espírito, que pelas referidas razões de tais pobreza cinicamente pretende levar a firma à falência».

Neste momento a empresa encontra-se em desintegração laboral, não só pela falta de pagamento aos traba-

lhadores como esgotamento total de matérias-primas essenciais a garantir à empresa.

O sindicato termina assim o seu comunicado:

«Os factos estão à vista, queiram mostrar os entendidos que a referida situação não seja verdade, oportunamente fazemos constar na Imprensa diária os resultados de uma peritagem à escrita omissa da empresa na qual se verificou que a mesma é rentável e que o patrão Esteves, abusando do não cumprimento do CCT aos trabalhadores pagou dívidas pessoais e letras de favor com a pretenção daquilo que não é seu ou seja os salários dos trabalhadores até quando casos de sabotagem e roubo aos trabalhadores deixam de ser julgados? Responda quem quiser.»

NOTA: Este documento não foi aceite pela Imprensa burguesa.

e a unidade popular



«... que isto seja conforme ao «otelo» de que a «Voz do Povo» fala, mas não que saibamos, ao OTELO do COPCON que as massas trabalhadoras conhecem e ao qual, enquanto personificação de um programa, aderiram...»

A NECESSIDADE DE UMA ALTERNATIVA

É preciso, é urgente, que as forças revolucionárias organizadas sejam capazes de oferecer uma alternativa política ideológica e orgânica a muita dessa gente. E preciso enquadrar política, ideológica e organicamente esses militantes, que, rompendo com o reformismo navegam à deriva na procura desesperada duma alternativa cabal e coerente, logo viável.

Ora esta problemática cuja solução urge aparece hoje com plena acuidade e premência no seio dos GDUP'S e em torno do MUP. É necessário uma alternativa? Claro que sim, e aqui, todos estão de acordo. Mas logo as divergências aparecem por serem contraditórias as alternativas propostas. Melhor dizendo há alternativas que o não são na medida em que escamoteiam os problemas de fundo em benefício dos aspectos superficiais e secundários. Eis o que ser um bom exemplo de esquerdismo isto é de subordinação da estratégia à tática, se não se tratasse de subordinação da tática a uma estratégia reformista, no fundo coincidente com a estratégia do P. C.

O MUP E OS PARTIDOS

Vem isto a propósito dum artigo intitulado **Unidade Popular /GDUP uma grande frente de massas populares** publicado na «VOZ DO POVO» no seu número de 5 deste mês. Vejamos:

Logo no primeiro parágrafo, entre outras coisas lê-se: «OS GDUP'S e a futura Frente Popular não pretendem destruir os partidos e respeitam a preferência dos seus militantes por qualquer partido». Bonito. Esclarecedor sobretudo a UDP/PC (R) pretende portanto uma frente popular que não ponha em causa os partidos. Logo, duas questões:

1 - A UDP/PCP (R) desconhece ou pretende desconhecer que aqueles que aderiram aos GDUP vindos do P. S. e do P. C. sobretudo deste último, romperam com essas organizações. Logo desconhecem ou pretendem desconhecer que essa ruptura foi expressão da necessidade da procura duma alternativa. Como desconhece ou re-

tende desconhecer que os próprios P. C. e P. S. marginalizaram, desses seus ex-militantes aqueles que se mostraram «irrecuperáveis». E desconhece, ou finge desconhecer, que se muitos desses militantes parcial e temporariamente recuperados pelo P. S. e pelo P. C. foi exactamente porque não encontraram nos GDUP a alternativa política, ideológica e orgânica que procuraram. A sua adesão aquando da campanha para a candidatura de Otelo, não foi sentimental. Foi a adesão a um programa alternativo ao reformismo, personificado no próprio Otelo, pela sua coerência em tudo o que tocou os órgãos populares de base e no seu não enfeudamento aos grupos partidários. Pretender pois, que esses militantes fiquem com um pé no P. C. ou mesmo no P. S. e outros no GDUP ou no MUP, é sabotar toda a possibilidade de os GDUP ou MUP virem a constituir uma alternativa válida revolucionária à política reformista. Ou não sendo isso passar um atestado de ignorantes e parvos a esses militantes.

2 - Dizer que os GDUP ou o MUP não põem em causa os partidos é também dizer que andarão a reboque desses partidos. Se os GDUP ou MUP não são capazes de uma alternativa própria é claro que ficarão a reboque dum partido que os controle. E enquanto forem vários os partidos no seu seio, serão como objectivamente o são, uma Frente de partidos, após o já verificado êxodo de militantes independentes ou oriundos doutros quadrantes políticos. E sendo Frente do Partido isola-se permanentemente, por incapacidade se apresentar como alternativa.

CONTRA O CAPITALISMO DE ESTADO

É óbvio que o desejo da UDP, melhor do PCP (R) é ficar só nos GDUP'S. Então desapareceria a sigla UDP, passando os GDUP, ou o MUP, a constituir a Frente de massas controlada pelo PCP (R) — «O verdadeiro», o «autêntico» ou «genuíno» Partido da classe operária. O objectivo é claro e obedece a uma estratégia efectivamente reformista: o capitalismo de Estado neste

O POVO AS VOZES E OS GDUP



A necessidade dum forte partido revolucionário de há muito que se vem sentindo em Portugal. A situação política do país não tem deixado de se radicalizar e, como tal tem-se assistido ao «patinar» das correntes reformistas conciliadoras, sendo mesmo claro o esboramento que as atinge de alguns meses a esta parte. Tal esboramento respeita tanto o P. S. como o P. C. e não há dúvida de que a quase totalidade das perdas em militantes e base social de apoio dum e doutro revertem a favor da esquerda, isto é, saem por constata-

tipo de sociedade um partido — o PCP (R), claro — a tomar conta do Poder e do aparelho de Estado, com as classes trabalhadores arregimentadas em sindicatos. Pode ser que isto seja conforme ao «OTELO» de que a «Voz do Povo», fala, mas não que saibamos, ao Otelo do COPCON que as massas trabalhadoras conhecem e ao qual, enquanto personificação dum programa, aderiram, do qual de resto, por não sentirem hoje esse programa se afastam. Nem corresponde também ao Otelo que há bem pouco tempo falou aos participantes dos GDUP na necessidade da criação dum partido de massas a partir deste Movimento.

Pode o P.C.P. (R) estar certo de que, se fosse esse o fim do MUP, lhe deixaria o PRP todo o terreno livre. Como pode o PCP (R) estar certo que o PRP não abandonará o terreno sem luta sem a determinação que a importância do tema exige sem a vigilância a que o golpismo e o manobristo-toda a manobra está aqui-obrigam.

O MUP E OS ÓRGÃOS POPULARES DE BASE

Não pretende de modo algum o PRP que seja decretado o fim dos partidos em favor do MUP. Mas o que o PRP não escamoteia é que se o MUP não constituir uma alternativa orgânica política e ideológica não haverá MUP que não seja fantoche. O que o PRP não esconde é que a fuga de centenas e centenas de militantes é devida a essa ausência de alternativa o que os coloca na posição de e xecutantes (ou coisas de transmissão) das decisões interpartidárias. O que o PRP não deturpa é esta realidade crua: a esmagadora maioria desses militantes não estão, nem na UDP (muito menos no PCP (R) nem na Base FUT nem no MES nem no MSU, nem no PRP.

O PRP não ignora que há trabalhadores membros das CT's que vêm muito para além do aspecto reivindicativo

e que se colocam o problema político da organização da classe para a conquista do poder. E se houve já CT's e CM's que aderiram ao programa dos GDUP o PRP pergunta: se numa empresa ou num bairro a maioria dos trabalhadores ou dos moradores, após discussão profunda, sentir como seu programa do MUP, se a ct ou a CM sentir em bloco como seu programa do MUP, então qual o enquadramento que se lhes oferece? É óbvio que o PCP (R) aceitaria de bom grado que estes militantes representantes legítimos duma massa de trabalhadores aderissem ao PCP (R). O que não aceita é que se organizem entre si estes órgãos populares de base, constituindo uma componente poderosa do MUP. Pudera. O problema é que então lá se ia por água abaixo «a representatividade genuína do PCP (R)...isto para não entrarmos, o que seria longo, no problema das demais componentes.

AGARRA QUE É LADRÃO

Vem a propósito uma outra passagem do Artigo da «Voz do Povo»: **Essas forças (PRP) têm vivido desde o 25 de Abril a sombra da prática constante de teoria de muleta, isto é, encostam-se a outros para se poderem aguentarem de pé. Foi assim que durante bastante tempo, essas forças se andaram a apoiar no COPCON para ganharem prestígio e hoje tentam fazer a mesma manobra com os GDUP e com a figura de Otelo»**

É a velha história do «Agarra que é ladrão» Não é o PRP nem para isso teve ou tentou procuração, advogado de defesa de Otelo. O que dizemos é que na situação de impasse que se arrasta nos GDUP, se cavam o desprestígio, de: por um lado, os partidos que nele se fazem representar, por outro lado, o próprio Otelo (faça-se um inquérito entre os não filiados, nestes partidos e logo se verá) não se importa de momento apontar o que é insuficiente, que o odioso recai sobre

que o reformismo, seja qual ele for, não é alternativa à política e aos objectivos da burguesia e do imperialismo.

Neste ponto, portanto, a esquerda revolucionária está conquistando valiosíssimo trunfo. Entretanto não basta (nem daí se vislumbra vantagens significativas) que uma larga massa de militantes e simpatizantes P. S. e PC rompam com o reformismo, de esquerda ou de direita. Não basta que tal massa se passe a construir em fúria, passiva e desorganizada base social de apoio às forças revolucionárias.

a UDP/PCP (R) e que Otelo é visto como seu involuntário instrumento. Mais importante do que isso é constatar que numa situação de objectiva frente de Partidos, duas coisas poderiam acontecer a Otelo: Ou ser obrigatoriamente instrumento de uma dessas organizações (é sobre ele, quer queira quer não que recaem os olhos e a atenção dos que acreditam nesta organização como alternativa) ou desligar-se publicamente desta fama pública em que como é natural, fazem uso do seu dente canino aqueles que lutam pelo já referido capitalismo de Estado (tal como o P. C. acrescenta-se).

O MUP OU A AUTONOMIA POLÍTICA OU O DESAPARECIMENTO

A outra saída, pela qual luta o PRP é limpar política e ideologicamente os GDUP'S e o MUP acabando de vez com a prática daqueles que no seu seio apenas se preocupam em utilizar os seus finos dentes caninos em benefícios partidários porque a manobra é esta, e não da parte do PRP.

Como pretende o PRP manobrar «ao sabor das suas conveniências» se ele é o primeiro a levar até às últimas consequências a necessária autonomia dos GDUP'S e do MUP? Aliás convidamos a CNPUP a elaborar um rápido inquérito sobre estes temas incidindo sobre os militantes que abandonaram os GDUP'S...E que história é essa do encosto ao COPCON? O mínimo que poderemos dizer é que se o COPCON fosse comandado pelo PRP, algo de diferente se teria passado neste país contra a vontade conservadora e controladora da UDP PCP (R)...Mas a verdade é que houve uma coincidência com a prática da UDP.

O OBREIRISMO DA UDP/PCP (R)

Acusa a «Voz do Povo» o PRP de pôr a tónica na sua análise da situação política (queda rápida do governo P.S. abrindo-se uma crise que

resultará a curto prazo em confrontação) o que serviria de pretexto para afastar para segundo plano as importantes batalhas políticas que se avizinhavam na frente sindical e nas eleições para as autarquias locais. Francamente a infelicidade tocou à porta da UDP/PCP (R).

Pra já é falso que a «Voz do Povo» afirma. O PRP não escamoteia a importância de tais batalhas, nas quais, aliás, está presente. Mais o PRP levanta até questões de luta imediata que a voz do Povo» se esqueceu de referir, isto é, as grandes lutas que vão suceder-se (e de que começam a haver sinais), lutas começarão por ter carácter social para rapidamente se radicalizarem e politizarem. Esquece mesmo a UDP que o PRP entregou na CNPUP uma proposta de «programa de luta» publicado, aliás, no ultimo «Revolução» O problema é outro; a questão é que enquanto o PRP encara e sua participação nessas lutas, a sua tática e as suas propostas, à luz duma estratégia e duma análise da situação política, a UDP/PCP(R) escamoteia as questões de estratégia e análise da situação política. Ora encarar as lutas imediatas sem definir os problemas políticos e estratégicos é cair no mais barroso dos obreirismos no mais toco dos imediatismos, enfim, no mais enquistado dos reformismos. E quando as divergências aparecem em torno das questões de luta imediata, a UDP/PCP (R) fogem cobardemente à discussão dos problemas de fundo que estão por de trás dessas divergências. Por outras palavras, a UDP/PCP(R) não quer sanar essas divergências, talvez porque se não sintam suficientemente firme e coesa em si mesmo perante a perspectiva de um tal debate público. Ou porque não pretende uma clarificação dos problemas políticos do MUP, mas antes a resolução das divergências através dum golpismo que seja capaz de atirar bordo fora os indesejáveis discordantes, um após outro. Tal como a prática do PC, de resto, em toda a sua política



-A UDP/PCP (R) desconhece ou pretende desconhecer que aqueles que aderiram aos GDUP vindos do PS e do PC sobretudo deste último, romperam com essas organizações

OS SINDICALISTAS E O TRABALHO SINDICAL

Grita a «Voz do Povo» que «o PRP apareceu mesmo a dizer que o trabalho sindical seria reformismo». Perguntamos onde? Não, decididamente, a UDP/PCP(R) teima em esconder o fundo das questões. O que o PRP considera reformismo são as tendências ou correntes (de que a UDP/PCP (R) faz parte) designadas por sindicalistas, por outras palavras, a ver se a UDP/PCP(R) percebe, que o PRP condena é a teoria e a prática daqueles que, prestigiando a organização reivindicativa das classes trabalhadoras, esquecem, pura e simplesmente, a sua correspondente política. E o velho problema dos Conselhos (Soviéticos) de que a UDP/PCP(R) — e não só — foge a sete pés. O PRP não ignora o terreno sindical, sobre o qual, aliás, tem divergências com a UDP/PCP(R) e que foi objecto duma proposta de organização sindical publicada há ano e meio, neste momento a ser rediscutida e aprofundada no seio do Partido.

OS SINDICALISTAS E O TRABALHO SINDICAL

O que é claro, entretanto, é que a UDP/PCP(R) no quadro da sua estratégia de capitalismo de Estado, pretende privar os trabalhadores dos seus órgãos políticos autónomos. Procura, pois, a UDP/PCP(R) que as classes trabalhadoras fiquem a reboque dos iluminados que compõem o «verdadeiro», o «autêntico», o «genuíno» partido da classe operária — o PCP(R). E é nisto, por muito que custe à UDP/PCP(R), que o PRP não embarca, sob pena de se tirar a si mesmo e aos trabalhadores.

TRIUNFALISMO OU REFORMISMO?

E já agora, onde viu a UDP/PCP(R) o PRP acusar de triunfalismo «uma campanha dirigida no sentido da Vitória»? Pelo contrário. O que acontece é que tal capanha só será possível com uma clarificação dos problemas políticos que lhe estão, por de trás e que afectam os GDUP'S. Daí que o PRP se bata nos dois níveis no sentido do máximo de vitórias em todo o terreno de luta imediata. O que acontece é que a UDP/PCP(R) volta a querer pegar o coelho pelo rabo, apontando os faróis ao chão e não querendo resolver as questões principais e profundas, sem o que não será possível qualquer vitória significativa e duradoura.

É claro que toda a gente está de acordo que, tal como se lê na «Voz do Povo» «é necessário ampliar e reforçar a organização do movimento». Mas quando se lê se isso poderá ser feito ou não, «se não através da participação nas Batalhas políticas?», faz-se pena como a UDP/PCP (R) dá — assim, gratuitamente a mão à lametória: Não é isto a confirmação de tudo o que acabamos de dizer? Não admira que da boca de um destacado dirigente da UDP/PCP(R) tenhamos ouvido dizer que «os sindicatos também são políticos...» É que, para se ser revolucionário, não basta a um doutor deixar crescer bigode e usar boné...

CLARIFICAR PARA AVANÇAR — AVANÇAR PARA CLARIFICAR

Todo o reformismo, todo o obreirismo, todo o golpismo, todo o imediatismo estão aqui, através, uma vez mais, da fuga às questões de fundo. Participar? Sim. Mas o PRP nunca abdicou de tal. Mas, participar como? De acordo com uma estratégia do capitalismo de Estado, não pugnando pelo avanço qualitativo e quantitativo da organização autónoma dos trabalhadores? Ou reduzindo a organização dos trabalhadores a fantoches e insípidos CLOMP'S?

Se é claro que este o objectivo da UDP/PCP(R) que fique claro, de uma vez por todas, que o PRP regeita tal estratégia e tal prática obreirista e golpista, permanecendo fiel à sua estratégia da Revolução Socialista e da Ditadura do Proletariado.

e a unidade popular



«... que isto seja conforme ao «otel» de que a «Voz do Povo» fala, mas não que saibamos, ao OTELO do COPCON que as massas trabalhadoras conhecem e ao qual, enquanto personificação de um programa, aderiram...»

A NECESSIDADE DE UMA ALTERNATIVA

É preciso, é urgente, que as forças revolucionárias organizadas sejam capazes de oferecer uma alternativa política ideológica e orgânica a muita dessa gente. É preciso enquadrar política, ideológica e organicamente esses militantes, que, rompendo com o reformismo navegam à deriva na procura desesperada duma alternativa cabal e coerente, logo viável.

Ora esta problemática cuja solução urge aparece hoje com plena acuidade e premência no seio dos GDUP'S e em torno do MUP. É necessário uma alternativa? Claro que sim, e aqui, todos estão de acordo. Mas logo as divergências aparecem por serem contraditórias as alternativas propostas. Melhor dizendo há alternativas que o não são na medida em que escamoteiam os problemas de fundo em benefício dos aspectos superficiais e secundários. Eis o que ser um bom exemplo de esquerdismo isto é de subordinação da estratégia à tática, se não se tratasse de subordinação da tática a uma estratégia reformista, no fundo coincidente com a estratégia do P. C.

O MUP E OS PARTIDOS

Vem isto a propósito dum artigo intitulado **Unidade Popular /GDUP uma grande frente de massas populares** publicado na «VOZ DO POVO» no seu número de 5 deste mês. Vejamos:

Logo no primeiro parágrafo, entre outras coisas lê-se: «OS GDUP'S e a futura Frente Popular não pretendem destruir os partidos e respeitam a preferência dos seus militantes por qualquer partido». Bonito. Esclarecedor sobretudo a UDP/PC (R) pretende portanto uma frente popular que não ponha em causa os partidos. Logo, duas questões:

1 — A UDP/PCP (R) desconhece ou pretende desconhecer que aqueles que aderiram aos GDUP vindos do P. S. e do P. C. sobretudo deste último, romperam com essas organizações. Logo desconhecem ou pretendem desconhecer que essa ruptura foi expressão da necessidade da procura duma alternativa. Como desconhece ou re-

tende desconhecer que os próprios P. C. e P. S. marginalizaram, desses seus ex-militantes aqueles que se mostraram «irrecuperáveis». E desconhece, ou finge desconhecer, que se muitos desses militantes parcial e temporariamente recuperados pelo P. S. e pelo P. C. foi exactamente porque não encontraram nos GDUP a alternativa política, ideológica e orgânica que procuraram. A sua adesão aquando da campanha para a candidatura de Otel, não foi sentimental. Foi a adesão a um programa alternativo ao reformismo, personificado no próprio Otel, pela sua coerência em tudo o que tocou os órgãos populares de base e no seu não enfeudamento aos grupos partidários. Pretender pois, que esses militantes fiquem com um pé no P. C. ou mesmo no P. S. e outros no GDUP ou no MUP, é sabotar toda a possibilidade de os GDUP ou MUP virem a constituir uma alternativa válida revolucionária à política reformista. Ou não sendo isso passar um atestado de ignorantes e parvos a esses militantes.

2 — Dizer que os GDUP ou o MUP não põem em causa os partidos é também dizer que andarão a reboque desses partidos. Se os GDUP ou MUP não são capazes de uma alternativa própria é claro que ficarão a reboque dum partido que os controle. E enquanto forem vários os partidos no seu seio, serão como objectivamente o são, uma Frente de partidos, após o já verificado êxodo de militantes independentes ou oriundos doutros quadrantes políticos. E sendo Frente do Partido isola-se permanentemente, por incapacidade se apresentar como alternativa.

CONTRA O CAPITALISMO DE ESTADO

É óbvio que o desejo da UDP, melhor do PCP (R) é ficar só nos GDUP'S. Então desapareceria a sigla UDP, passando os GDUP, ou o MUP, a constituir a Frente de massas controlada pelo PCP (R) — «O verdadeiro», o «autêntico» o «genuíno» Partido da classe operária. O objectivo é claro e obedece a uma estratégia efectivamente reformista: o capitalismo de Estado neste

O POVO E OS



A necessidade dum forte partido revolucionário de há muito que se vem sentindo em Portugal A situação política do país não tem deixado de se radicalizar e, como tal tem-se assistido ao «patinar» das correntes reformistas conciliadoras, sendo mesmo claro o esboramento que as atinge de alguns meses a este parte.

Tal esboramento respeita tanto o P. S. como o P. C. e não há dúvida de que a quase totalidade das perdas em militantes e base social de apoio dum e doutro revertem a favor da esquerda, isto é, saem por constatare

tipo de sociedade um partido — o PCP (R), claro — a tomar conta do Poder e do aparelho de Estado, com as classes trabalhadoras arregimentadas em sindicatos. Pode ser que isto seja conforme ao «OTELO» de que a «Voz do Povo», fala, mas não que saibamos, ao Otel do COPCON que as massas trabalhadoras conhecem e ao qual, enquanto personificação dum programa, aderiram, do qual de resto, por não sentirem hoje esse programa se afastam. Nem corresponde também ao Otel que há bem pouco tempo falou aos participantes dos GDUP na necessidade da criação dum partido de massas a partir deste Movimento.

Pode o P.C.P. (R) estar certo de que, se fosse esse o fim do MUP, lhe deixaria o PRP todo o terreno livre. Como pode o PCP (R) estar certo que o PRP não abandonará o terreno sem luta sem a determinação que a importância do tema exige sem a vigilância a que o gólpismo e o manobrismo-toda a manobra está aqui-obrigam.

O MUP E OS ÓRGÃOS POPULARES DE BASE

Não pretende de modo algum o PRP que seja decretado o fim dos partidos em favor do MUP. Mas o que o PRP não escamoteia é que se o MUP não constituir uma alternativa orgânica política e ideológica não haverá MUP que não seja fantoche. O que o PRP não esconde é que a fuga de centenas e centenas de militantes é devida a essa ausência de alternativa o que os coloca na posição de e recutantes (ou coisas de transmissão) das decisões interpartidárias. O que o PRP não deturpa é esta realidade crua: a esmagadora maioria desses militantes não estão, nem na UDP (muito menos no PCP (R) nem na Base FUT nem no MES nem no MSU, nem no PRP.

O PRP não ignora que há trabalhadores membros das CT's que vêm muito para além do aspecto reivindicativo

e que se colocam o problema político da organização da classe para a conquista do poder. E se houve já CT's e CM's que aderiram ao programa dos GDUP o PRP pergunta: se numa empresa ou num bairro a maioria dos trabalhadores ou dos moradores, após discussão profunda, sentiu como seu programa do MUP, se a CM ou a CM sentir em bloco como seu o programa do MUP, então qual o enquadramento que se lhes oferece? É óbvio que o PCP (R) aceitará de bom grado que estes militantes representantes legítimos duma massa de trabalhadores aderissem ao PCP (R). O que não aceita é que se organizem entre si estes órgãos populares de base, constituindo uma componente poderosa do MUP. Pudera. O problema é que então lá se ia por água abaixo «a representatividade genuína do PCP (R)...isto para não entrarmos, o que seria longo, no problema das demais componentes.

AGARRA QUE É LADRÃO

Vem a propósito uma outra passagem do Artigo da «Voz do Povo»: **Essas forças (PRP) têm vivido desde o 25 de Abril a sombra da prática constante de teoria de muleta, isto é, costumam-se a outros para se poderem aguentarem de pé Foi assim que durante bastante tempo, essas forças se andaram a apoiar no COPCON para ganharem prestígio e hoje tentam fazer a mesma manobra com os GDUP e com a figura de Otel»**

É a velha história do «Agarra que é ladrão» Não é o PRP nem para isso teve ou tentou procuração, advogado de defesa de Otel. O que, dizemos é que na situação de impasse que se arrasta nos GDUP, se cavam o desprestígio, de: por um lado, os partidos que nele se fazem representar, por outro lado, o próprio Otel (faça-se um inquérito entre os não filiados, nestes partidos e logo se verá) não no importa de momento apontar o que é insufimável, que o odioso recal sobri-

O POVO AS VOZ E OS GDUP



«Otel» de que a «Voz do Povo» fala, mas não que sabemos, essas trabalhadoras conhecem e ao qual, enquanto personificação



A necessidade dum forte partido revolucionário de há muito que se vem sentindo em Portugal. A situação política do país não tem deixado de se radicalizar e, como tal tem-se assistido ao «patinar» das correntes reformistas conciliadoras, sendo mesmo claro o esboramento que as atinge de alguns meses a este parte.

Tal esboramento respeita tanto o P. S. como o P. C. e não há dúvida de que a quase totalidade das perdas em militantes e base social de apoio dum e doutro revertem a favor da esquerda, isto é, saem por constatare

que o reformismo, seja qual ele for da burguesia e do imperialismo.

Neste ponto, portanto, a valiosíssimo trunfo. Entretanto (e significativas) que uma larga ruptura PC rompam com o reformismo, tal massa se passe a construir social de apoio às forças revolucio

as forças sejam alternativas a muita enquadrar unicamente sendo com riva na prnativa ca-

cuja so- com plena seio dos. É neces- o que sim, ordo. Mas em por se- alivas pro- alternati- da em que de fundo s superfi- ue ser um mo isto é- ja à tácti- 3 subordi- rretra re- te com a

um artigo ar /GDUP as popula- IO POVO» mês. Veja-

rafo, entre GDUP's e pretendem tam a pre- ; por qual- clarecedor tende por- je não po- ogo, duas

esconhece je aqueles ds do P. ste último, nizações. ndem des- foi expres- cura duma ace ou re-

tende desconhecer que os próprios P. C. e P. S. marginalizaram, desses seus ex-militantes aqueles que se mostraram «irrecuperáveis». E desconhece, ou finge desconhecer, que se muitos desses militantes parcial e temporariamente recuperados pelo P. S. e pelo P. C. foi exactamente porque não encontraram nos GDUP a alternativa política, ideológica e orgânica que procuraram. A sua adesão aquando da campanha para a candidatura de Otelo, não foi sentimental. Foi a adesão a um programa alternativo ao reformismo, personificado no próprio Otelo, pela sua coerência em tudo o que tocou os órgãos populares de base e no seu não enfeudamento aos grupos partidários. Pretender pois, que esses militantes fiquem com um pé no P. C. ou mesmo no P. S. e outros no GDUP ou no MUP, é sabotar toda a possibilidade de os GDUP ou MUP virem a constituir uma alternativa válida revolucionária à política reformista. Ou não sendo isso passar um atestado de ignorantes e parvos a esses militantes.

2 — Dizer que os GDUP ou o MUP não põem em causa os partidos é também dizer que andarão a reboque desses partidos. Se os GDUP ou MUP não são capazes de uma alternativa própria é claro que ficarão a reboque dum partido que os controle. E enquanto forem vários os partidos no seu seio, serão como objectivamente o são, uma Frente de partidos, após o já verificado exodo de militantes independentes ou oriundos doutros quadrantes políticos. E sendo Frente do Partido isola-se permanentemente, por incapacidade se apresentar como alternativa.

CONTRA O CAPITALISMO DE ESTADO

É óbvio que o desejo da UDP, melhor do PCP (R) é ficar só nos GDUP's. Então desapareceria a sigla UDP, passando os GDUP, ou o MUP, a constituir a Frente de massas controlada pelo PCP (R) — «O verdadeiro», o «auténtico» o «genuíno» Partido da classe operária. O objectivo é claro e obedece a uma estratégia efectivamente reformista: o capitalismo de Estado neste

tipo de sociedade dum partido — o PCP (R), claro — a tomar conta do Poder e do aparelho de Estado, com as classes trabalhadores arregimentadas em sindicatos. Pode ser que isto seja conforme ao «OTELO» de que a «Voz do Povo», fala, mas não que sabemos, ao Otelo do COPCON que as massas trabalhadoras conhecem e ao qual, enquanto personificação dum programa, aderiram, do qual de resto, por não sentirem hoje esse programa se afastam. Nem corresponde também ao Otelo que há bem pouco tempo falou aos participantes dos GDUP na necessidade da criação dum partido de massas a partir deste Movimento.

Pode o P.C.P. (R) estar certo de que, se fosse esse o fim do MUP, lhe deixaria o PRP todo o terreno livre. Como pode o PCP (R) estar certo que o PRP não abandonará o terreno sem luta sem a determinação que a importância do tema exige sem a vigilância a que o golpismo e o manobrismo-toda a manobra está aqui-obrigam.

O MUP E OS ÓRGÃOS POPULARES DE BASE

Não pretende de modo algum o PRP que seja decretado o fim dos partidos em favor do MUP. Mas o que o PRP não escamoteia é que se o MUP não constituir uma alternativa orgânica política e ideológica não haverá MUP que não seja fantoche. O que o PRP não esconde é que a fuga de centenas e centenas de militantes é devida a essa ausência de alternativa o que os coloca na posição de ex-citantes (ou coisas de transmissão) das decisões interpartidárias. O que o PRP não deturpa é esta realidade crua: a esmagadora maioria desses militantes não estão, nem na UDP (muito menos no PCP (R) nem na Base FUT nem no MES nem no MSU, nem no PRP.

O PRP não ignora que há trabalhadores membros das CT's que vêm muito para além do aspecto reivindicativo

e que se colocam o problema político da organização da classe para a conquista do poder. E se houve já CT's e CM's que aderiram ao programa dos GDUP o PRP pergunta: se numa empresa ou num bairro a maioria dos trabalhadores ou dos moradores, após discussão profunda, sentir como seu programa do MUP, se a CT ou a CM sentir em bloco como seu programa do MUP, então qual o enquadramento que se lhes oferece? É óbvio que o PCP (R) aceitará de bom grado que estes militantes representantes legítimos duma massa de trabalhadores aderissem ao PCP (R). O que não aceita é que se organizem entre si estes órgãos populares de base, constituindo uma componente poderosa do MUP. Pudera. O problema é que então lá se ia por água abaixo «a representatividade genuína do PCP (R)...isto para não entrarmos, o que seria longo, no problema das demais componentes.

AGARRA QUE É LADRÃO

Vem a propósito uma outra passagem do Artigo da «Voz do Povo»: **Essas forças (PRP) têm vivido desde o 25 de Abril a sombra da prática constante de teoria de muleta, isto é, costumam-se a outros para se poderem aguentarem de pé. Foi assim que durante bastante tempo, essas forças se andaram a apoiar no COPCON para ganharem prestígio e hoje tentam fazer a mesma manobra com os GDUP e com a figura de Otelo»**

É a velha história do «Agarra que é ladrão». Não é o PRP nem para isso teve ou tentou procuração, advogado de defesa de Otelo. O que, dizemos é que na situação de impasse que se arrasta nos GDUP, se cavam o desprestígio, de: por um lado, os partidos que nele se fazem representar, por outro lado, o próprio Otelo (faça-se um inquérito entre os não filiados, nestes partidos e logo se verá) não nos importa de momento apontar o que é insufismável, que o odioso recaí sobre

a UDP/PCP (R) e que Otelo é visto c seu involuntário instrumento. Mas importante do que isso é cons que numa situação de objectiva fr de Partidos, duas coisas pode acontecer a Otelo: Ou ser obrigatoriamente instrumento de uma de organizações (é sobre ele, quer ra quer não que recaem os olh a atenção dos que acreditam ta organização como alterna ou desligar-se publicamente desti fama pública em que como é nat fazem uso do seu dente canino a les que lutam pelo já referido capit mo de Estado (tal como o P. C. ac cente-se).

O MUP OU A AUTONOMIA POLÍTICA OU O DESAPARECIMENTO

A outra saída, pela qual luta o GDUP's e o MUP acabando de com a prática daqueles que no seio apenas se preocupam em util os seus fins dentes caninos em nefícios partidários porque a man é esta, e não da parte do PRP.

Como pretende o PRP man «o sabor das suas conveniências ele é o primeiro a levar até às últi consequências a necessária autm ia dos GDUP's e do MUP? Aliás rvidamos a CNPUP a elaborar um r do inquérito sobre estes temas inci do sobre os militantes que aband ram os GDUP'S...E que história é do encosto ao COPCON? O mir que poderemos dizer é que se o C CON fosse comandado pelo PRP, i de diferente se teria passado n país contra a vontade conservat e controlreira da UDP PCP (R)... a verdade é que houve uma co dência com a prática da UDP.

O OBREIRISMO DA UDP/PCP (R)

Acusa a «Voz do Povo» o PRP por a tónica na sua análise da tuação política (queda rápida do verno P.S. abrindo-se uma crise

AS VOZES GDUP



que o reformismo, seja qual ele for, não é alternativa à política e aos objectivos da burguesia e do imperialismo.

Neste ponto, portanto, a esquerda revolucionária está conquistando valiosíssimo trunfo. Entretanto não basta (nem daí se vislumbra vantagens significativas) que uma larga massa de militantes e simpatizantes P. S. e PC rompam com o reformismo, de esquerda ou de direita. Não basta que tal massa se passe a construir em flácida, passiva e desorganizada base social de apoio às forças revolucionárias.

a UDP/PCP (R) e que Otelo é visto como seu involuntário instrumento. Mais importante do que isso é constatar que numa situação de objectiva frente de Partidos, duas coisas poderiam acontecer a Otelo; Ou ser obrigatoriamente instrumento de uma dessas organizações (é sobre ele, quer queira quer não que recaem os olhos e a atenção dos que acreditam nesta organização como alternativa) ou desligar-se publicamente desta fama pública em que como é natural, fazem uso do seu dente canino aqueles que lutam pelo já referido capitalismo de Estado (tal como o P. C. acrescenta-se).

O MUP OU A AUTONOMIA POLÍTICA OU O DESAPARECIMENTO

A outra saída, pela qual luta o PRP é limpar política e ideologicamente os GDUP's e o MUP acabando de vez com a prática daqueles que no seu seio apenas se preocupam em utilizar os seus finos dentes caninos em benefícios partidários porque a manobra é esta, e não da parte do PRP.

Como pretende o PRP manobrar «ao sabor das suas conveniências» se ele é o primeiro a levar até às últimas consequências a necessária autonomia dos GDUP's e do MUP? Aliás convidamos a CNPUP a elaborar um rápido inquérito sobre estes temas incidindo sobre os militantes que abandonaram os GDUP'S...E que história é essa do encosto ao COPCON? O mínimo que poderemos dizer é que se o COPCON fosse comandado pelo PRP, algo de diferente se teria passado neste país **contra a vontade conservadora e controladora da UDP PCP (R)**...Mas a verdade é que houve uma coincidência com a prática da UDP.

O OBRERISMO DA UDP/PCP (R)

Acusa a «Voz do Povo» o PRP de pôr a tônica na sua análise da situação política (queda rápida do Governo P.S. abrindo-se uma crise que

resultará a curto prazo em confrontação) o que serviria de pretexto para **afastar para segundo plano as importantes batalhas políticas que se aviznam na frente sindical e nas eleições para as autarquias locais** Francamente a infelicidade tocou á porta da UDP/PCP (R).

Pra já é falso que a «Voz do Povo» afirma. O PRP não escamoteia a importância de tais batalhas, nas quais, aliás, está presente. Mais o PRP levanta até questões de luta imediata que a voz do Povo se esqueceu de referir, isto é, as grandes lutas que vão suceder-se (e de que começam a haver sinais), lutas começarão por ter carácter social para rapidamente se radicalizarem e politizarem. Esquece mesmo a UDP que o PRP entregou na CNPUP uma proposta de «programa de luta» publicado, aliás, no ultimo «Revolução» O problema é outro; a questão é que enquanto o PRP encara e sua participação nessas lutas, a sua tática e as suas propostas, à luz duma estratégia e duma análise da situação política, a UDP/PCP(R) escamoteia as questões de estratégia e análise da situação política. Ora encara as lutas imediatas sem defenir os problemas políticos e estratégicos é cair no mais barroco dos obreirismos no mais toco dos imediatismos, enfim, no mais enquistado dos reformismos. E quando as divergências aparecem em torno das questões de luta imediata, a UDP/PCP (R) fogem cobardemente à discussão dos problemas de fundo que estão por de trás dessas divergências. Por outras palavras, a UDP/PCP(R) **não quer sanar essas divergências**, talvez porque se não sinta suficientemente firme e coesa em si mesmo perante a perspectiva de um tal debate público. Ou porque não pretende uma clarificação dos problemas políticos do MUP, mas antes a resolução das divergências através dum golpismo que seja capaz de atirar bordo fora os indesejáveis discordantes, um após outro. Tal como a prática do PC, de resto, em toda a sua política



A UDP/PCP (R) desconhece ou pretende desconhecer que aqueles que aderiram aos GDUP vindos do PS e do PC sobretudo deste último, romperam com essas organizações

de unidade.

No que toca à questão da durabilidade do actual governo PS, a UDP/PCP(R) esforça-se por ignorar a evidência, mesmo quando a queda do Governo é posta publicamente como inevitável e a curto prazo por um dos seus ministros (vide entrevista de Firmino Miguel ao «Expresso» e comentários de Marcelo Rebelo de Sousa).

OS SINDICALISTAS E O TRABALHO SINDICAL

Grita a «Voz do Povo» que «o PRP apareceu mesmo a dizer que o trabalho sindical seria reformismo». Perguntamos onde? Não, decididamente, a UDP/PCP(R) teima em esconder o fundo das questões. O que o PRP considera reformismo são as tendências ou correntes (de que a UDP/PCP (R) faz parte) designadas por sindicalistas, por outras palavras, a ver se a UDP/PCP(R) percebe, que o PRP condena é a teoria e a prática daqueles que, **prestigiando a organização reivindicativa das classes trabalhadoras**, esquecem, pura e simplesmente, a sua correspondente política. É o velho problema dos Conselhos (Sovietes) de que a UDP/PCP(R) — e não só — foge a sete pés. O PRP não ignora o terreno sindical, sobre o qual, aliás, tem divergências com a UDP/PCP(R) e que foi objecto duma proposta de organização sindical publicada há ano e meio, neste momento a ser rediscutida e aprofundada no seio do Partido.

O que é claro, entretanto, é que a UDP/PCP(R) no quadro da sua estratégia de capitalismo de Estado, pretende privar os trabalhadores dos seus órgãos políticos autónomos. Procura, pois, a UDP/PCP(R) que as classes trabalhadoras fiquem a reboque dos iluminados que compõem o «verdadeiro», o «autêntico», o «genuíno» partido da classe operária — o PCP(R). E é nisto, por muito que custe à UDP/PCP(R), que o PRP não embarca, sob pena de se trair a si mesmo e aos trabalhadores.

TRIUNFALISMO OU REFORMISMO?

E já agora, onde viu a UDP/PCP(R) o PRP acusar de triunfalismo «uma

campanha dirigida no sentido da Vitória»? Pelo contrário. O que acontece é que tal capanha só será possível com uma clarificação dos problemas políticos que lhe estão, por de trás e que afectam os GDUPS. Daí que o PRP se bata nos dois níveis no sentido do máximo de vitórias em todo o terreno de luta imediata. O que acontece é que a UDP/PCP(R) volta a querer pegar o coelho pelo rabo, apontando os faróis ao chão e não querendo resolver as questões principais e profundas, sem o que não será possível qualquer vitória significativa e duradoura.

É claro que toda a gente está de acordo que, tal como se lê na «Voz do Povo» «é necessário ampliar e reforçar a organização do movimento». Mas quando se lê se isso poderá ser feito através da «se não através da participação nas Batalhas políticas?», faz-se pena como a UDP/PCP (R) dá — assim, gratuitamente a mão à lametória: Não é isto a confirmação de tudo o que acabamos de dizer? Não admira que da boca de um destacado dirigente da UDP/PCP(R) tenhamos ouvido dizer que «os sindicatos também são políticos...» É que, para se ser revolucionário, não basta a um doutor deixar crescer bigode e usar boné...

CLARIFICAR PARA AVANÇAR — AVANÇAR PARA CLARIFICAR

Todo o reformismo, todo o obreirismo, todo o golpismo, todo o imediatismo estão aqui, através, uma vez mais, da fuga às questões de fundo. Participar? Sim. Mas o PRP nunca abdicou de tal. Mas, participar como? De acordo com uma estratégia do capitalismo de Estado, não punhando pelo avanço qualitativo e quantitativo da organização autónoma dos trabalhadores? Ou reduzindo a organização dos trabalhadores a fantoches e insípidos CLOMP'S?

Se é claro que é este o objectivo da UDP/PCP(R) que fique claro, de uma vez por todas, que o PRP regeita tal estratégia e tal prática obreirista e golpista, permanecendo fiel à sua estratégia da Revolução Socialista e da Ditadura do Proletariado.

Congresso
dos
GDUP

Teses

• Sobre a repressão

Logo após o 25 de Abril de 1974, centenas de milhares de trabalhadores, sentiram profundamente a exploração que lhes era imposta, outros no entanto tomavam já consciência política da situação que se vivia, começando então a partir daí a organizar-se, sentindo aí a sua força para intervir com mais firmeza nas lutas que se lhe iam deparando, contando com o apoio dos soldados sargentos e oficiais progressistas e revolucionários (COPCON) que se foram colocando ao lado dos trabalhadores, sabendo reconhecer nas suas organizações (Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Conselhos Revolucionários e Comissões de Soldados) o meio que lhes dava força, para ir vencendo os seus inimigos de classe (patronato, latifundiário, oficialagem reaccionária e o fascismo).

A pouco e pouco os trabalhadores foram ganhando consciência e força ao mesmo tempo que, (e em virtude das suas conquistas) o poder da burguesia reaccionária e capitalista enfraquecia provocando nestes cada vez mais e maior descontentamento, tentando por todos os meios e especialmente no estrangeiro que na altura lhes dava vasto campo de manobra boicotar e entrar todo o processo revolucionário, trabalhando para isso com o imperialismo que encontrou especialmente no «Documento dos Nove» e nos seus oficiais aderentes e mesmo no chamado Gonçalvismo, uma excelente capa para as suas manobras de sabotar de qualquer forma todo o processo, manobras essas que desembocaram no 25 de Novembro, que desde há muito, vinha a ser preparado, sem outro fim que não fosse como diziam «disciplinar» os militares progressistas e revolucionários «disciplina» esse que levou à prisão de muitas dezenas e ao saneamento de milhares, assim como reprimir a esquerda e todos os trabalhadores.

Facto este que é posteriormente comprovado com listas já feitas antes do 25 de Novembro de oficiais a sanear e a prender, sendo a grande maioria homens que fizeram o 25 de Abril. As buscas que se fizeram de noite, a casa de militantes revolucionários, assim como às cooperativas agrícolas do Alentejo, com grande aparato bélico com o fim de assustar os trabalhadores.

A máquina repressiva começava novamente a funcionar e não funcionou mais e melhor pela simples razão de não estar organizada (esta organiza-se agora aos poucos no sentido de desferir à classe operária e a todos os trabalhadores o seu golpe sangüário).

Com os militares revolucionários presos era preciso «disciplinar» o exército, pois as liberdades conquistadas nos quartéis e o apoio que era dado à luta dos soldados e estes à luta que os trabalhadores travavam na rua, nas fábricas, no campo, chamavam os fascistas de «indisciplina».

Assim, indisciplina era os soldados poderem reunir-se e discutir os seus problemas.

INDISCIPLINA era os soldados recusarem-se a vir para a rua, metralhar o povo trabalhador, como hoje fazem a G. N. R. e a P. S. P.

Para restabelecer esta «indisciplina» foram colocados nos lugares chave e nos Estados Maior, oficiais da sua total confiança (reaccionários) os quais preparam com o total apoio dos fossos «amigos» da América e da Europa, para formar um exército de profissionais, expressamente treinados para reprimir os trabalhadores (veja-se as Brigadas da NATO). Hoje com o regresso dos saneados do 25 de Abril, 28 de Setembro e 11 de Março, os quartéis regressaram ao tempo da disciplina militarista do regime fascista, voltando assim as Forças Armadas ao que eram antigamente, um aparelho repressivo ao serviço do capitalismo nacional e internacional. É essa a neutralidade e apartidarismo proclamado pelos chefes. Enfim, o que interessa é que os militares fiquem nos quartéis prontos a executar as ordens do CAPITAL.

Apesar disto, os militares e as forças militarizadas, vêem-se apercebendo que o povo trabalhador, já não fica de braços cruzados à espera da cãnga. Foram e são capazes de lutar por aquilo que consideram justo, reagem desde logo com manifestações, exigindo a liberdade imediata dos revolucionários e progressistas presos, para além do forte aparato policial que se lhes deparou e apesar dessa luta ser muitas vezes boicotada e caluniada. Mas uma coisa ficou certa. Que os trabalhadores terão capacidade de lutar se tiverem uma direcção política consequente. Assim, alguns militares são fundamentalmente os que fizeram o 25 de Abril os quais o poder da burguesia considera perigosos. Está nesta situação o general OTELO, que se vê privado dos seus mais elementares direitos, ao passo que os PIDES são soltos em liberdade e segurança.

Ao mesmo tempo, vão regressando os capitalistas que levaram milhões de contos, mas agora claro sem eles, tendo assim todo o campo livre para poder explorar os trabalhadores, fazer boicote à economia, alimentando e participando no terrorismo, espalhando o terror, sem que ninguém lhes peça contas. Que Governo este dito «socialista». Mas chega-se ao cúmulo de em troca da vinda destes capitalistas põe-se a G. N. R. e a P. S. P. ao seu serviço garantindo-lhes assim toda a «liberdade em segurança» para melhor poder continuar toda a sua desenfreada exploração (recorde-se o

discurso do sr. Primeiro-Ministro).

Mas o poder da burguesia, agora encabeçado por um partido dito de «socialista», passa todos os limites da sua «DEMOCRACIA» senão vejamos: Spínola regressa e é posto desde logo em liberdade e segurança, para além de ter feito o 11 de Março (prova-o a morte do soldado Luís), fugir ou melhor desertar com um helicóptero do Exército e ser o cabecilha do ELP/MLDP.

Quanto a isto OTELO é preso e posto posteriormente em liberdade condicional que o impede inclusivamente de ter direitos políticos, homem estratega do 25 de Abril, enquanto comandante do COPCON, deu ordens no sentido de o exército se pôr ao lado dos trabalhadores rurais do Alentejo, dos moradores pobres na ocupação de casas. É caso para perguntar aosr. Mário Soares que democracia é esta com esta dualidade de critérios que é vergonhosamente escandalosa, será esta a justiça tão proclamada deste «democrata»?

Para além disto e a partir do 25 de Novembro a Imprensa tem sido constantemente assaltada pelos ditos democratas, para usar como meio de repressão ora escamoteando os factos ora tentando impingir uma ideologia

retrograda, assim os trabalhadores deixaram de poder contar com ela para divulgação das suas lutas. Isto acontece precisamente com o saneamento dos chamados «incomodos» e «não profissionais» e com a ocupação dos ditos «socialistas».

A par disto a situação económica que se degrada cada vez mais, não por causa dos trabalhadores que sempre trabalharam, como fazem crer os ditos «socialistas, mas sim por causa daqueles que a gerem, e que nada fazem. Fazendo desta crise por ele criada um espectro que paira sobre as cabeças dos trabalhadores (desemprego) se estes não fizerem o jogo do patrão.

As cooperativas e as organizações de massas são cada vez mais atacadas e responsabilidades pela situação actual, sendo constantemente caluniados pondo-lhes como alternativa a restituição pura e simples aos latifundiários.

Para responder a esta crescente força repressiva, só uma outra se lhe pode opor vitoriosamente, que são os trabalhadores organizados, na perspectiva de uma só alternativa para este País que é a Revolução Socialista.

GDUP da IVIMA — M.ª GRANDE



Indisciplina era, os soldados recusarem-se a vir para a rua metralhar o povo trabalhador, como hoje fazem a GNR e a PSP

ATLÂNTICO SUL

O pacto militar para salvar o imperialismo

Em Abril de 1975 e general Stroessner, o mais antigo ditador da América Latina, do Paraguai, visita a África do Sul e não deixando de fazer os elogios costumeiros, volta para o Paraguai com 41 milhões de dólares. Em Julho é a vez de Vorster visitar o Paraguai passando pelo Uruguai onde deixa de passagem um crédito de 12 milhões de dólares.

Nesta mesma época, o considerado órgão oficial do Governo militar brasileiro, «Jornal do Brasil», declara que um poder de esquerda da «fronteira leste do Brasil» representa um grave perigo para a nossa segurança». Logo que os combates em Luanda assumem maiores proporções o comandante da Escola de Guerra Naval, o almirante Ibsen de Gusmão Câmara, declara que «a Angola é uma ameaça para o Governo brasileiro».

O SURGIMENTO DO (OTAS) — N.A.T.O.

O organismo coordenador da zona marítima do Atlântico Sul nasceu em 1960, o CAMAS, que compreende o Brasil, a Argentina e os dois pequenos satélites, Uruguai e Paraguai. (Estes quatro países haviam formado depois do final da II Guerra Mundial, concretamente a partir de 1956, um Comitê Naval Iberoamericano para a defesa do tráfico marítimo. Mas algumas divergências impediram, na altura, a formação de uma junta de comandantes ches). O CAMAS comporta quatro comandantes do controlo operacional (COLCO) instalados cada um num dos quatro países membros. O CAXAS e se seus COLCO dispõem de uma base de apoio logístico: o CONSOLAT, comando operacional do Atlântico Sul, da marinha de guerra norte-americana, O CONSOLAT eo CAMAS colocaram, então em marcha exercícios navais (UNITAS) onde coordenassem, sob a direcção militar norte-americana, praticamente todas as marinhas latino-americanas.

Até hoje, foram desenvolvidas 18 manobras do quadro da UNITAS, nas três zonas do Atlântico Sul, demarcadas da seguinte forma: Zona I — região de Trinidad-Caraíbas (a cargo do Brasil, Venezuela e EUA) Zona II — região Dakar-Cabo Verde (a cargo exclusivo do Brasil) e Zona III — região marítima Cidade do Cago-Buenas Aires.

Paralelamente, a UNITAS, o Brasil o Governo colonialista de Lisboa e o Governo racista da África do Sul organizaram em 1968-69, as operações «Cabrália I» e «Cabrália II» com a participação das marinhas de guerra destes três países. O triângulo Lisboa-Ria-Luanda havia sido, sempre assegurado pela marinha portuguesa, pois era considerado como o «mar português».

Desde 1967, o general brasileiro Golbery do Couto e Silva, ideólogo do regime militar brasileiro definia as colónias portuguesas na África como as bases defensivas avançadas do Brasil.

Nesta época, tanto para o Brasil como para a Argentina, as relações com a África significavam fundamentalmente desenvolver relações com a África do Sul. Ainda mais que as conversações secretas entre Mobutu, os homens do «diálogo» e os do Apartheid pareciam mostrar que o regime racista da África do Sul estava em condições de assegurar a penetração diplomática na África Austral.

A «revisão da política africana do Brasil, a partir de 1974, através do ministro dos Negócios Estrangeiros Azeredo Silveira, propalando o «pragmatismo responsável» não é mais do que a forma pela qual o Brasil poderá desenvolver relações comerciais privilegiadas com alguns países «terceiro-mundistas» e «revolucionários» no sentido de ganhar novos mercados



recolher matérias-primas essenciais para o desenvolvimento industrial brasileiro e criar laços que permitam uma intervenção política do regime ditatorial brasileiro na África. Esta «revisão» insere-se na política desenvolvida pelos norte-americanos na África, com vistas a estabelecer regimes neocolonialistas dependentes do centro hegemónico que é os U.S.A.

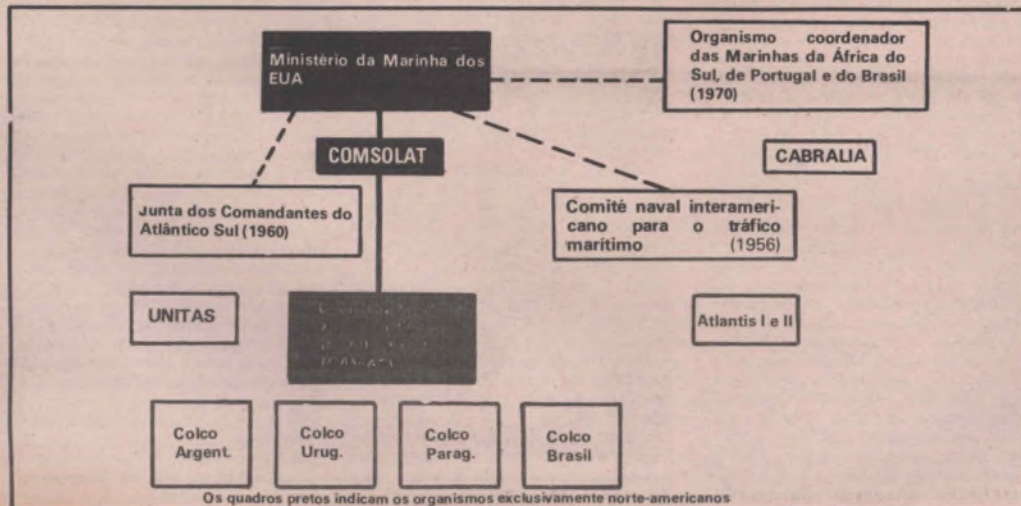
Em fins de Outubro Angola é invadida pelas tropas da África do Sul. Entretanto, o Brasil passa a considerar, consultadas as suas fontes de informação, que a F.N.L.A.-U.N.I.T.A. não representavam uma força considerável e prepara-se para reconhecer a R.P.A. O Brasil leva à prática a sua política exterior que propugna pelas

«exigências de cada situação»: «o alinhamento automático» ao lado de um ou outro bloco ideológico não é mais possível exprimir a ditadura militar. Portanto, o Brasil não renuncia ao papel de cão-de-fila do imperialismo na América Latina, mas entretanto busca uma penetração maior na África. Esta diversificação das relações não põe em causa as suas relações preferenciais com o imperialismo norte-americano, mas serve-o nos seus propósitos expansionistas, em salvar o colonialismo decadente estabelecendo regimes neocolonialistas arregimentados no bloco do Atlântico Sul.

Este ano Kissinger visita o Brasil onde desenvolve um pacto bilateral e logo após o encontro, do almirante argentino, Eduardo Massera, com dois almirantes norte-americanos do CONSOLAT, James Sagerholm e George Ellis, abre-se a via do nosso Pacto do Atlântico para o Sul (OTAS) que completaria a NATO) e no qual participaria a África do Sul «último bastião do mundo ocidental» face ao «comunismo negro» Governo de Washington declara estar pronto a promover um «pacto estratégico militar no Atlântico Sul, ao qual o Brasil e a Argentina aderem, voluntariamente».

LOPO DO NASCIMENTO ATACA O PACTO E A PROPOSTA KISSINGER

O primeiro-ministro da R.P.A., declarou recentemente acerca do Pacto, que «enquanto Kissinger procura impor a sua solução para os problemas da África Austral, dá ao mesmo tempo livre curso à criação de um pacto militar do Atlântico Sul, de que fazem parte, além da África do Sul, a Argentina, o Brasil, o Uruguai e os Estados



Os quadros pretos indicam os organismos exclusivamente norte-americanos

internacional



[...] Este é o «Terceiro-mundismo» antimarxista e contra-revolucionário que o Governo português oferece para os operários deste país [...]

ATLÂNTICO SUL

KISSINGER

O primeiro-ministro da R.P.A., declarou recentemente, acerca do Pacto que «enquanto Kissinger procura impôr a sua solução para os problemas da África Austral, dá ao mesmo tempo livre curso à criação de um pacto militar do Atlântico Sul, de que fazem parte, além da África do Sul, a Argentina, o Brasil, o Uruguai e os Estados Unidos, e cujo fim é concentrar em torno da África Meridional e de Angola forças imperialistas».

O primeiro-ministro angolano, acrescentou que «decorreram manobras navais argentino-norte-americanas, demoninadas «Unitas» presenciadadas por um alto funcionário do Brasil e outro da África do Sul salientando que o «Governo de Madagascar e o seu Governo comunicaram as suas preocupações às autoridades brasileiras».

Por outro lado, Lopo do Nascimento, comentando a viagem de Kissinger à África Austral disse que as promessas feitas por Kissinger aos povos do Zimbábue, da Namíbia e da África do Sul, são as mesmas que foram feitas há muitos anos pelas forças imperialistas e que nos custaram tantos mortos e sacrifícios». «O chamado plano da paz do secretário de Estado norte-americano, acrescentou, não é mais do que a sua resposta à derrota sofrida em Angola e o seu verdadeiro e único objectivo consiste em perpetuar o poder efectivo (mesmo que formal) da minoria branca sobre a maioria negra, tal como os enormes interesses económicos dos Estados Unidos e das outras potências ocidentais na África do Sul».

Com relação ao Zimbábue — precisou — não se está a rejeitar o princípio da maioria, ao projectar a criação de um Conselho de Estado composto por três dirigentes negros e três brancos, com um presidente branco e tendo estabelecido, além disso, que todas as decisões têm de ser tomadas por dois terços dos votos. É inconcebível pensar, que as funções

de ministro da Defesa e do Interior durante o Governo Provisório sejam confiadas a brancos...»

O EXÉRCITO SUL-AFRICANO

O Exército sul-africano conta com 15 700 militares de carreira (para 90 000 aptos para o serviço). Na Rodésia as tropas regulares dispõem de 5700 soldados e oficiais somando-se mais 10 000 reservistas no activo. O regime de Ian Smith e de Voster dispõe ainda de corpos de Polícia, na Rodésia 500 e na África do Sul 35 000.

A proveniência do armamento dos regimes racistas é da França e de Israel. A França não fornece somente armamento clássico, pois entregou recentemente ao regime de Pretória reactores atómicos. Segundo informações da Imprensa o urânio sul-africano é entregue a Israel que por seu turno, constrói nos seus estaleiros navios de guerra para os racistas. Por outro lado, os israelitas fornecem conselheiros militares para as tropas sul-africanas e as que se encontram na Namíbia.

O regime racista da África do Sul que foi obrigado a bater em retirada da República Popular de Angola, tenta aperfeiçoar os seus meios para o desencadeamento da guerra e treinar os seus homens com novas técnicas experimentadas pelos reaccionários outros países. Não é por acaso que hoje se desenvolve uma intensa diplomacia em torno da questão africana que envolve países da América Latina, como o Brasil, a Argentina, etc. Depois do triunfo incondicional dos movimentos de libertação nas ex-colónias portuguesas, o movimento revolucionário nestes países assumiu novas dimensões. A solidariedade activa desenvolvida pela República Popular de Moçambique e de Angola ameaça seriamente os interesses políticos e económicos do imperialismo e o poderio militar norte-americano no Atlântico Sul. Por de trás da diplomacia de Kissinger

ger efectuam-se as mais fortes tentativas de assegurar o Atlântico livre do «perigo revolucionário» e desenvolvem-se os acordos militares que envolvem países onde subsistem através da repressão e do assassinato e da exploração vergonhosa ditaduras militares, como é o caso do Brasil, Argentina, Israel indo até ao Orão.

O imperialismo debate-se para não cair, mais uma vez, na derrota política e logo militar, debate-se em recuperar a médio prazo o controlo sobre as novas mações libertadas do colonialismo português, preparando os seus Exércitos na África do Sul, Rodésia e Namíbia.

GOVERNO E MILITARES PORTUGUESES NA ROTA DO ATLÂNTICO

A derrota do colonialismo português na Guiné, Moçambique e Angola e a queda do regime no 25 de Abril, levou os militares portugueses a um afastamento ambíguo da N.A.T.O. e a um posterior reanudar da participação activa na Organização do Tratado do Atlântico Norte.

O 25 de Novembro afasta os sectores militares mais comprometidos com a independência nacional de Portugal que propunham uma relação com os países progressistas de todo o Mundo e em especial com a R.P.A., a R.P.M. e a Guiné, e fortalecimento dos laços de amizade e solidariedade com os povos que lutam contra a dominação imperialista e colonialista. Com este golpe militar as forças políticas portuguesas como o P.P.D. (hoje P.S.D.), o CDS e os militares reaccionários, não sem a ambuidade do P.S. e a conciliação do P.C.P., ganham força para levar Portugal a assumir maiores compromettimentos com a N.A.T.O. e estabelecer o nosso País forças de intervenção guiadas pelo imperialismo norte-americano.

A Alemanha Federal «presenteia» os generais e oficiais reaccionários, em suma o aparelho de Estado burguês, com aviões potentes, as esqua-

dras da N.A.T.O. já podem entrar livremente pelas águas territoriais portuguesas pelo Tejo. O Governo português, hoje constituído pelos «socialistas de Mário Soares» não opõem nenhuma resistência em engregar o País ao imperialismo norte-americano e em ligar-se à social-democracia mais reaccionária da R.F.A., o Governo do P.S. não vacila em contrariar, junto aos generais, ao C.D.S., ao P.P.D., junto às forças militares «recuperadas», os preceitos da nova Constituição. Este é o caminho escolhido pela reacção, este é o caminho onde está a ser enquadrado o Partido Socialista a nível interno e nas relações internacionais, e este é o jogo que faz o P.C.P. ao propor uma aliança da chamada «maioria da esquerda» e ao fechar os olhos ao «entreguismo socialista».

A N.A.T.O. está directamente vinculada na criação da sua filial a (O AS) Organização do Tratado do Atlântico Sul e Portugal está directamente vinculado à N.A.T.O. o dr Soares vai ao Brasil, volgará como o fez Spínola (possivelmente aproveitará os contactos cedidos por este) e abrirá a rota para o Atlântico Sul, para o neocolonialismo em África, pois se se «recupera a economia portuguesa» à custa dos trabalhadores, das desocupações, etc., não é estranho que se tente «recuperar as economias em África», meter mais algumas centenas de retornados no Brasil, onde também serão explorados, trazer algumas mercadorias, negociar por sobre as cabeças dos revolucionários que lá lutam contra uma das mais ferozes ditaduras militares da América Latina. Este é o «terceiro-mundismo» anti-marxista e contra-revolucionário que o Governo português oferece para os operários deste País e para os antifascistas e revolucionárias da América Latina.

(Pêchou)

Fontes:

— Afríque-Asie

— P.C.B.R. — Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

ZIMBABWE

Os guerrilheiros negros

A nova geração dos combatentes revolucionários forjados em anos de lutas no interior e no exterior do Zimbabwe assume a direcção político-militar na luta pela Libertação Nacional.

A trajectória é através da luta armada, do trabalho político junto das massas libertando áreas onde o povo poderá organizar-se e estender para todo o território a guerra popular.

A diplomacia é lenta e exige conciliações a que os chefes históricos estão dispostos, mas os «homens negros» são intransigentes e estão imbuidos do espírito revolucionário que orienta a Revolução Africana.

«Revolução» reproduz do «Afrique-Asie» este artigo intitulado:

«Afrique-Asie» encontra-se com os «kmers negros» publicado no n.º 1150, alteramos superficialmente o título.

Clandestina por definição como todo o movimento de Libertação, a resistência do Zimbabwe vive todavia uma segunda clandestinidade ao nível internacional. Não mais «embaixadas» no estrangeiro, viagens diplomáticas e de publicidade, não mais líderes exaltados no exterior e ignorados na guerrilha. Bem, poderia chamar-se hoje os combatentes do Zimbabwe de «Kmers negros» já que os seus métodos fogem ao pensamento da epopeia da resistência cambojiana: pouco ou nada de publicidade e muito trabalho político e militar na região.

Um dos raros porta-vozes desta segunda geração — pura e dura Revolução do Zimbabwe, Abel Sibande, que nós encontramos em Maputo, havia-nos dito introduzindo a conversa: «Sim, nós temos um novo Colégio, reunindo mercadorias combatentes formado na escola da selva. Que importância os nomes? Eles são muito bem conhecidos pelos guerrilheiros e pela população. Isto é suficiente. Chega de publicidade e de personalismo. O mundo inteiro já foi conquistado para a nossa causa. O que nos é necessário é combater o Exército de Ian Smith».

Nós esperávamos a nossa enquete sobre os «Kmers negros» em Moçambique quando a cimeira da OUA decidiu acordar a confiança da África à nova direcção político-militar sem rosto da guerrilha do Zimbabwe.

Toda a ajuda será sempre levada «directamente aos combatentes» ou livrada aos «quatro países do campo de batalha»: Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Botswana.

Os «chefes históricos» Nkomo Sithole Muzorewa e os seus lugares-tenentes — receberam notícias verdes de raiva. Eles estão muito bem curto-circuitados sem que a OUA se dê ao trabalho de desaprová-los qualquer organização.

«Não queremos perder o nosso tempo para decidir a quem pertence o ANC» declara-nos Abel Sibande. «O ANC reconhecido pela OUA está, afinal, dividido em duas fracções. Não queremos nem rejeitar nem apoiar o movimento. Para já pouco importa definirmo-nos como «os combatentes da liberdade de Zimbabwe» vanguarda do povo de Zimbabwe. Todo o futuro pertence à luta. Ficaremos com o nome de ANC ou não? É claramente secundário.

Veremos então. «Procuraremos agora responder à primeira questão que a opinião progressista-africana nos coloca. Depois de todas as querelas, os «complots», as provocações e mesmo lutas internas que levando à ruína deste movimento como é que esta ressurreição é possível?

«Não teria acontecido a libertação da Indochina, «diz-nos um guerrilheiro zimbabwé», sem a rectaguarda segura e sólida constituída pelo Vietname do tio Hó.

Poderíamos dizer a mesma coisa em relação ao PAIGC e a Guiné ou da FRELIMO e a Tanzânia. Tanto que «o nosso Vietname do Norte» tem sido da Zâmbia com as suas debilidades e as suas contradições, nós sentimos mais as nossas debilidades e as nossas contradições. E não fomos os únicos... Faltava-nos um país como Moçambique e um partido como a FRELIMO, «Impremeáveis» às provocações sendo fonte de inspiração para poder reencontrar o caminho. Aqui não estamos no «estrangeiro». Vamos dar um exemplo: Da mesma maneira que o presidente Nyéréré soube compreender a natureza do conflito entre revolucionários e reaccionários à cabeça da FRELIMO — O CASO Simanzo — os líderes moçambicanos souberam analisar a nossa crise e agir consequentemente, convencendo também os outros países do campo de batalha».

AS DECEPÇÕES DA FRELIMO

As relações entre a FRELIMO e a resistência do Zimbabwe não foram sempre fáceis. Na época da cisão entre Nkomo e Sithole, os moçambicanos decidiram, como muitos outros revolucionários apoiar a ZAPU. A primeira decepção dá-se entre 1967 e 68. O ZAPU decidiu na época, lançar uma grande ofensiva, a partir da Zâmbia, no Noroeste da Rodésia. Os combatentes do ANC sul-africano participavam na guerra pois era necessário atravessar a Rodésia para abrir uma frente no país do Apartheid. A ofensiva conduzida com muito triunfalismo e armamento, mas sem um trabalho de mobilização política suficiente, foi esmagada.

Em 1970, quando a FRELIMO tinha quase libertado toda a região do Tete (fronteira com a Rodésia) a ZANU solicita o auxílio da FRELIMO.

Um problema muito delicado se colocava, pois a ZANU não queria de maneira alguma colaborar com a ZAPU. Samora Machel faz efectuar uma enquete no Nordeste rodésiano e chega à conclusão que a ZANU tinha realmente, uma sólida base popular. Sem afastar a ZAPU e tão pouco reconhecer os dois movimentos, a FRELIMO decide entregar o seu «pleno apoio» às forças combatentes da ZANU. «Nós tratamo-los nas nossas zonas libertadas que eles deveriam atravessar, exactamente como nós os combaten-



O povo do Zimbabwe compreendeu que a única resposta que pode dar aos massacres efectuados pelos mercenários de Smith, é pegar em armas e combatê-los. A guerra de libertação nacional levará ao poder os verdadeiros representantes das classes exploradas — os Kmers negros

tes, disse-nos um dirigente moçambicano. A população civil moçambicana transportou, inclusive, as armas e mantimentos dos nossos camaradas do Zimbabwe. O que é perfeitamente normal, dada a participação do Ian Smith na guerra colonial portuguesa».

Todas as tentativas moçambicanas de fazer com que os dois movimentos se unissem fracassaram. Mesmo depois da Independência, para não entrar nas querelas do ANC. Moçambique não deu muita importância em seguir os acontecimentos, confirmando apoiar os «combatentes» «Os Kmers negros» dizem: «a independência de Moçambique deveria conquistar o conjunto do nosso povo para a causa da luta armada. Nkomo não soube compreender e ele foi o primeiro a se encontrar desligado das massas. Sithole e Muzorewa guardaram uma certa popularidade, tanto tempo que não percebíamos que a guerrilha era para eles uma «arma de negociação» uma tática para acelerar a sua chegada triunfante em Salisbúria. No momento do fracasso de Victória Falls, Moçambique passou a ser o país onde os velhos combatentes, os refugiados e os milhares de jovens reuniram-se para relançar a guerra popular, a luta de longa duração, destinada a levar a Salisbúria os verdadeiros representantes das classes exploradas e não a pequena burguesia negra.

E graças a uma verdadeira simbiose entre a nova geração do Zimbabwe e o Exército popular moçambicano que o incêndio foi posto na selva rodésiana. Nem o Exército «regular» de Smith, nem os corpos mercenários não poderão parar a guerra de libertação. Já podemos falar das primeiras zonas libertadas no Nordeste Rodésiano.

E SE AMANHÃ...?

E as velhas lutas internas?

«O afastamento de todos os chefes históricos — respondemos — melhorou muito o clima. Os campos na Tanzânia, estão em vias de serem fechados. Na Zâmbia resta apenas, uma pequena força».

Mas o resto dos problemas. Os velhos líderes não baixaram os braços. Bem que muitos combatentes do antigo ZAPU tenham ido para os campos moçambicanos, uma tendência ainda prática à traição. Entre os mercenários que Ian Smith envia para o território moçambicano para acções de sabotagem, a FRELIMO capturou alguns antigos ZAPU que viam a «guerra popular» como um inimigo redutível. Por outro lado ainda é necessário trabalho para «destribalizar» uma parte dos combatentes ex-ZANU, aos quais diziam ser necessário bater-se pelo povo Shona (Leste da Rodésia) e não pelo de Matabele (Oeste). Em todo o caso a mais rigorosa vigilância é necessária de parte do Estado moçambicano para evitar a qualquer preço que crises internas se reproduzam.

Perguntámos aos «Kmers Negros»: «E se amanhã Ian Smith ficasse louco e cedesse o poder a um Governo Negro dirigido por um dos chefes históricos?» — Seria já muito tarde. As forças combatentes constituem uma realidade militar política e social que não pode ser ignorada. Todo o acordo, toda a negociação em que não estivermos representados não teria qualquer valor. Estamos prontos a prosseguir a guerra contra os reaccionários negros assim como contra os colonos. A única chance que Nkomo Sithole e Muzorewa têm será de vir a nós para se reeducarem.»

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, — Lisboa

EDITORIAL



Milhares de trabalhadores manifestaram-se pela primeira vez na rua, contra a política reaccionária do Governo

Grande manifestação contra a política reaccionária do MEIC

A larga adesão à manifestação realizada no dia 12 em Lisboa de repúdio pelas medidas tomadas pelo Governo P. S., no que respeita às escolas, mostra claramente o despertar de cada vez mais amplas massas populares perante a realidade gritante que é a repressão prometida pelo actual governo burguês.

Dezenas de milhares de pessoas foram, apesar da chuva que caía, do Marquês de Pombal ao M. E. I. C. (com um percurso por ruas não muito movimentadas, por imposição do Governo Civil de Lisboa.

Vários organismos não directamente ligados ao ensino apoiaram na rua a manifestação. Como os GDUP'S, como trabalhadores da Lisnave que a fechavam com um grande cartaz.

Uma das palavras de ordem mais insistentemente gritada foi «Na. à falsa informação». De facto, é necessário percaver os trabalhadores da Lisnave fechavam com um grande cartaz.

Uma das palavras de ordem mais insistentemente gritada foi «Não à falsa informação». De facto, é necessário percaver os trabalhadores contra as mentiras propagadas pelo porta-voz do M. E. I. C. sobre a «incompetência» dos professores quando o que se passa é que:

— O M. E. I. C. regula-menta um número «dese-

jável» de 32 alunos por turma no ensino preparatório e secundário armanando alunos em instalações superlotadas, em contraposição com as normas pedagógicas internacionalmente reconhecidas de um máximo de 25 alunos por turma.

— O M. E. I. C. não contribui em nada para a eliminação do analfabetismo quando determina serem necessários 35 alunos sem professores para que se crie uma vaga de professores no ensino primário.

— O M. E. I. C., ao mesmo tempo que limita o número de entradas para os candidatos às escolas do magistério primário, põe no desemprego 800 professores (só em Lisboa) quando são precisas mais de 18 000 salas de aula para satisfazer as necessidades da população escolar do ensino primário.

O M. E. I. C. não reconhece os diplomas dos licenciados de muitas escolas do ensino superior, como habilitação para ensinar, quando são necessárias mais de 5300 turmas em todo o país para o ensino secundário e preparatório e muitos novos professores neste sector

— O MEIC não está realmente interessado na melhoria da qualidade do ensino, visto que oferece três mil vagas para 12 mil concorrentes ao estudo pedagógico que querem tornar-se profes-

sionais e reduz o número de centros de estágio para os professores devidamente habilitados.

— O M. E. I. C. atrai para o desemprego os professores sem habilitações consideradas próprias sem lhes possibilitar o mínimo de condições para que as adquiram. É necessário dar a conhecer estes factores às pessoas que diariamente sofrem as investidas do dr. Cardia como a que fez na TV, pouco tempo depois de realizada a manifestação, em que entre outras babuseiras afirmava cinicamente que essa manifestação não incomodara nada, quando o edifício do seu M. E. I. C. se encontrava isolado a grande distância, nas quatro paredes que lhe dão acesso por barreiras de ferro e de policia que

só deixava passar quem «provasse residir na Zona».

Ai, nas imediações do M. E. I. C., ouviu-se gente gritar de raiva pela semelhança do aparato que havia em tempos que se julgavam idos. Também aí se manteve longo tempo uma parte dos manifestantes mesmo depois de um porta-voz dos organizadores anunciar a realização dum plenário de professores, para daí a uma hora, na Faculdade de Medicina.

Esta grande demonstração de rua indica também como o Governo P. S. está a perder muito da sua antiga base de apoio. Cada vez se abrem mais possibilidades de unir cada vez maior número de trabalhadores contra este poder que se mostra cada vez mais reaccionário.

Fábrica de Produtos Estrela

Em plenário realizado na passada terça-feira com a presença de 190 trabalhadores (a fábrica tem 220), foi aprovado a aderência da Comissão de Trabalhadores ao MUP. Foi aprovado também a dissolução dos GDUP, por este só provocar a divisão dos trabalhadores, em virtude das manobras efectuadas pela UDP.

A aprovação em plenário, efectuou-se com 180 votos a favor e dez contra.

A manifestação dos professores contra o M.E.I.C. marca o primeiro passo de uma fase de rebentar das costuras, em que é precisamente a pequena burguesia que acusa o toque. Efectivamente este sector da pequena burguesia tem de sentir-se atingida por uma política governamental que atinge os seus interesses. A política de Cardia serve para demonstração e caricatura do que é o Governo P.S. Este Governo é pois a porta aberta não só para a recuperação capitalista (o que pouco afecta a pequena burguesia) mas também para o fascismo. As medidas tomadas pelo ministro da Educação não atingem apenas aqueles que deram entrada no aparelho de Estado por via do protecctionismo dos reformistas, mas também todos os que, de um modo ou outro podem empatar o enorme desvio à direita de que o ministro Cardia é figura de proa. A alteração dos programas, as estruturas nas escolas, a arbitrariedade na colocação de professores a invasão da «cunha», tudo faz pensar no velho regime. E tal como no velho regime, uma escola assim não é comportável e imediatamente saltam as contradições e a crise é permanente. E podemos dizer que Cardia responde a essa crise de uma forma que o coloca em posições que se situam à direita das assumidas por Veiga Simão nos últimos tempos do regime. Mas pode o ministro Cardia dizer solenemente que não concede «audiências» e ameaçar com os «meios» de que o Governo dispõe que isso nada alterará a força dos milhares de professores atingidos por uma situação que não os satisfaz. Esta questão relativa ao Ministério da Educação é, no entanto apenas uma das facetas deste Governo onde todos os Ministérios — a Informação, será mais um exemplo — são portas abertas não só à recuperação capitalista, como também ao regresso do fascismo. Tal política conduz necessariamente perda do apoio das bases do P. S. ao seu próprio Governo o que é mais que evidente em relação a esta manifestação anti-M.E.I.C. que foi apoiada por secretariados da Juventude Socialista e pelo sindicato dos professores.

Mas por mais que o Governo se esforce na sua corrida para a direita por mais que perca apoio das bases do P.S. não conseguirá portar-se à altura de uma situação que necessita de um braço mais forte. Esse braço mais forte está neste momento constituído nos bastidores descaradamente a descoberto. Esse é o braço «competente» que militares e civis preparam para assentar sobre a cabeça dos trabalhadores. Firmino Miguel, tendo assento no actual Governo, já está de alma e coração no próximo apoiado pelas forças de direita e pela corrente direitista das Forças Armadas. E este o ambiente que permite o à-vontade de Pires Veloso, que vai ao ponto de elogiar a figura de Mota Freitas, preso por cumplicidade com a rede bombista. No entanto, há divergências que opõem o núcleo formado por Firmino Miguel, os homens do futuro Governo, Eanes e alguns dos nove e o núcleo formado mais à direita por Pires Veloso e outras figuras destacadas ligadas às Forças Armadas e nomeadamente à Brigada da N.A.T.O. Esta divergência entre os dois núcleos dá origem às várias declarações dos militares, entre eles as de Eanes no discurso de 5 de Outubro. E esta mesma divergência poderá permitir aquilo que também se pode adivinhar programado no discurso de Eanes. A saber: a imposição do Governo de «competências», «firme», apoiado pelo Presidente da República, por alguns dos nove, que se proclamará contra a direita e para defesa da direita. Mas que... começará por tentar limpar a esquerda, limitando o mais possível, os movimentos dos trabalhadores e dos revolucionários. Evidentemente que esse seria mais um passo para que se lhe siga a ascensão do núcleo militar mais à direita juntamente com os seus apoios civis.

E assim até ao fascismo ... se, os trabalhadores e os revolucionários permitissem. Mas o permitir ou não depende da vontade de todos, por muita força que ela tenha. É necessário organização. E a única organização possível é a organização unitária revolucionária. Neste momento ela é possível à volta de um projecto, o projecto de unidade popular e à volta de um homem. Otelo, cuja candidatura permitiu a movimentação de massas que demonstrou que o processo revolucionário não tinha morrido.

Essa movimentação demonstrou também que milhares e milhares de pessoas escolheram conscientemente um caminho — o da Revolução socialista.